



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



CONCEÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO E SUPORTE AO SISTEMA DE MONTADO

RELATÓRIO FINAL – MAIO 2018

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
2. CONCEÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO E SUPORTE	2
3. MATRIZ DE TEMÁTICAS E DE CONTEUDOS	5
3.1. Enquadramento	5
3.2. Temáticas e Conteúdos	10
3.3. Fontes de Informação	15
4. GESTÃO E SISTEMA OPERACIONAL DE MONITORIZAÇÃO	24
4.1. Sistema de partilha de informação	24
4.2. Sistema operacional de monitorização	25
4.3. Indicadores de monitorização	26
5. APRESENTAÇÃO JUNTO DE STAKEHOLDERS RELEVANTES	30
ANEXO - FONTES DE INFORMAÇÃO	67
A) FONTES DE ARQUIVOS	67
B) BIBLIOGRAFIA GERAL	67
C) LEGISLAÇÃO	83

EQUIPA TÉCNICA

Técnicos	Formação	Funções
Mestre Elisa Pérez Babo	Economia	Coordenação geral
Arqt. ^a Paisagista Ana Barroco	Arquitetura Paisagista	Co-coordenação
Dr. José Portugal	Antropologia	Consultoria nas áreas do património e sistemas culturais
Mestre Andreia Magalhães	Geografia	Consultoria nas áreas dos sistemas territoriais, sistemas produtivos
Mestre Pedro Quintela	Sociologia	Consultoria nas áreas dos sistemas culturais e socioeconómicos
Eng. Ana Galego	Engenharia do Território	Tratamento de informação e produção cartográfica

O trabalho foi acompanhado em determinadas áreas pelo Prof. Inocêncio Seita Coelho, enquanto Coordenador Científico da Candidatura da Paisagem Cultural do Montado à Lista do Património da Mundial.

1. INTRODUÇÃO

O Relatório final do desenvolvimento dos trabalhos de conceção e desenvolvimento de uma estrutura de informação e de suporte ao Sistema de Montado reúne o conjunto de elementos que foram sendo desenvolvidos ao longo do processo de trabalho e que fazem parte da proposta global de estruturação adequada para os fins estabelecidos no projeto. De acordo com o projeto que a Turismo do Alentejo, E.R.T. decidiu promover, os objetivos gerais formulados foram os seguintes:

- Aumentar conhecimento e informação sobre o Sistema de Montado com vista à dinamização do mercado turístico no destino Alentejo através, nomeadamente de rotas e circuitos turísticos e experienciais,
- Assegurar condições de salvaguarda e sustentabilidade do sistema agro-silvo-pastoril do Montado, nas suas diferentes dimensões, ambiental, económica e social, mas igualmente cultural;
- Criar condições facilitadas de acesso e de partilha de conhecimento e de informação entre e ao nível dos diversos stakeholders, públicos e privadas, com interesse e responsabilidade pela sustentabilidade deste sistema;
- Aumentar o grau de envolvimento e de participação de agentes, entidades e comunidades locais na valorização turística desta paisagem e do respetivo sistema produtivo associado, incluindo a salvaguarda de condições de sustentabilidade económica e social desses diversos participantes;
- Reunir condições técnicas e institucionais para concluir o processo de preparação da candidatura da paisagem cultural do Montado a inscrição na Lista do Património Mundial.

Cumprindo a metodologia geral de trabalho traçada, a equipa desenvolveu ao longo dos trabalhos um conjunto de componentes e de *deliverables* que permitiram evoluir no sentido do presente documento final. A sua estrutura permite, nesse sentido, responder aos diversos resultados previstos.

O segundo capítulo do relatório estabelece e descreve a proposta global do conceito de estrutura de informação e suporte ao sistema de Montado, concretizando os seus objetivos específicos, e uma primeira proposta de domínios de informação a envolver tendo em consideração os objetivos gerais traçados. Este capítulo desenha também o esquema global de suporte informático para a operacionalização da estrutura de informação e de todos os seus conteúdos e componentes de monitorização.

Seguidamente, o terceiro capítulo reúne de forma sistemática os materiais trabalhados em matéria da matriz de temáticas e de conteúdos a integrar na estrutura de informação, incluindo a identificação das suas fontes de informação. A descrição das temáticas é sustentada num enquadramento global que se relacionam com o processo já desenvolvido de preparação de conteúdos e de elementos com vista à candidatura do sistema de montado à inscrição na Lista do Património Mundial da UNESCO, na categoria de Paisagem Cultural. Relativamente às fontes de informação, para além de uma identificação das entidades mais relevantes de produção e gestão de informação que a estrutura pretende abordar, foram incluídas em anexo, listas atualizadas de bibliografia relevante e de legislação também pertinente para o sistema de Montado.

A operacionalização da estrutura de informação e suporte esta globalmente traçada no quarto capítulo, que incide por um lado, no estabelecimento de orientações para a partilha de informação entre entidades e parceiros relevantes e interessados na gestão de informação relacionada com o sistema de montado e, por outro lado, na definição global do desenho de um sistema dum esquema de monitorização, incluindo proposta inicial de indicadores de monitorização do sistema a tratar.

Por fim, o relatório apresenta no seu quinto capítulo os elementos que foram apresentados junto de um significativo número de stakeholders regionais, relacionados com o sistema de Montado, incidindo, nomeadamente, na identificação de condições para concluir o processo de preparação da candidatura da paisagem cultural do Montado a inscrição na Lista do Património Mundial.

2. CONCEÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMAÇÃO E SUPORTE

A criação de uma **estrutura de informação e de suporte ao sistema do Montado** é da maior relevância para garantir informação pertinente e atualizada que permita, em particular ao conjunto de agentes e operadores da fileira do turismo, mas não só, o conhecimento do carácter ancestral, da fragilidade e da relevância ambiental do sistema, bem como, contribuir para a vitalidade económica e social deste sistema multifuncional.

A valorização do Montado, enquanto sistema agro-silvo-pastoril de matriz tradicional mediterrânea, contendo dimensões culturais e ambientais únicas, que hoje ainda podemos encontrar bem preservado no Alentejo, constitui uma importante mais-valia para a estratégia de valorização turística do país e da região (Destino Alentejo), a qual encontra neste sistema um elemento importante de diferenciação e distinção. Neste sentido, importa relevar os efeitos benéficos associados ao incremento de uma dinâmica económica associada ao turismo, geradora de novas oportunidades de emprego e negócio, que no seu conjunto beneficiam a comunidade nacional em geral e o Alentejo em particular.

Embora perdurem características chave que são constantes, “a paisagem de Montado apresenta uma enorme variabilidade: a variação espacial das características biofísicas (geologia, solos, clima etc.), biométricas, de produtividade e capacidade de resiliência das árvores, assim como da densidade do povoamento, reflexo das práticas de gestão ao longo do tempo, fazem com que a paisagem de Montado seja composta por diferentes tipos de Montado, numa sucessão progressiva, sem limites bruscos, mas sempre variada e nunca monótona.” (Correia, 2015).

O desempenho eficaz e qualificado da função de monitorização depende das ferramentas para a gestão da informação disponíveis e da sua adequação, em termos de funcionalidades e de conteúdo informativo, às necessidades de informação de suporte do sistema do Montado.

O sistema de informação constitui um dos recursos fundamentais ao exercício de acompanhamento e de monitorização do sistema de Montado e da paisagem humanizada que lhe está associada. Trata-se de um instrumento de gestão e acompanhamento, operacional e estratégico, cujos principais objetivos para a sua implementação são:

- Acompanhar e avaliar o **desempenho e o relacionamento dos vários atores** com intervenção no sistema do Montado;
- Antecipar e prevenir dificuldades na **gestão do sistema do Montado e dos programas/intervenções** que venham a ser definidos;
- Identificar **complementaridades que importa valorizar para o sucesso global dos programas/intervenções** a definir;
- Assegurar a **disponibilização, periódica e atempada, de informação de qualidade** às entidades com intervenção no sistema de Montado e, de um modo geral, aos atores interessados e envolvidos na sua gestão, incluindo os agentes turísticos, favorecendo níveis de *governance* acrescidos;
- Favorecer o **conhecimento e a apropriação dos valores do sistema de Montado** por parte das comunidades e de todos os beneficiários e utilizadores dos seus recursos, dos seus ativos e das externalidades que o mesmo pode gerar.

Os mecanismos propostos deverão prever a tipologia de processos que a gestão do sistema de Montado impõe, bem como os outputs a produzir como resposta aos compromissos periódicos de gestão assumidos perante os diversos agentes do processo: as entidades que representam as várias tutelas, os agentes económicos, proprietários, o tecido associativo e de investigação e a sociedade em geral. Nesse sentido, os mecanismos de

monitorização estão intimamente relacionados com os seguintes quatro domínios, que devem ser objeto de monitorização:

1. Vitalidade económica e social do sistema multifuncional agro-silvo-pastoril

- Sustentabilidade dos recursos, com destaque para a regeneração do coberto arbóreo (azinheira e sobreiro), o equilíbrio entre os usos múltiplos e a preservação dos saberes fazer tradicionais ligados ao manejo dos múltiplos recursos;
- Preservação do capital de conhecimento/competências que os produtores detêm sobre o sistema multifuncional;
- Promoção da qualidade dos recursos dentro das diversas fileiras de produção, com especial destaque para a cortiça e as produções DOP/IGP/EPG e da inovação nas cadeias de valor, incluindo ao nível organizacional;
- Melhoria das condições de vida das populações, garantindo o acesso a serviços.

2. Valorização da biodiversidade

- Proteção das condições de biodiversidade do ecossistema;
- Promoção e remuneração da prestação de serviços de ecossistema.

3. Preservação e valorização da herança cultural

- Valorização dos bens históricos e naturais e culturais presentes;
- Preservação da textura do território, nomeadamente na presença de herdades e montes, dos núcleos rurais e do património vernacular;
- Preservação das expressões culturais tradicionais;
- Formas de interpretação e de fruição dos recursos naturais e culturais, particularmente dos que demonstram valor significativo e excecional.

4. Desenvolvimento da *governance* territorial

- Promoção da cooperação interinstitucional e com agentes privados e da integração setorial;
- Estímulo da participação das comunidades locais no processo de gestão e de proteção do sistema agro-silvo-pastoril;
- Promoção de condições para o desenvolvimento do conhecimento sobre o Montado;
- Promoção de um sistema e práticas de monitorização e avaliação do sistema do Montado na sua diversidade e integridade.

A estrutura de informação de apoio à gestão e monitorização do sistema do Montado compatibilizará os seus indicadores, e a respetiva metodologia de recolha e tratamento, com o sistema de informação das várias entidades que têm a missão de gestão do território e dos recursos e bens em presença, recorrendo a mecanismos próprios, para gerir os dados e elaborar os respetivos relatórios de execução ou avaliação.

A informação geométrica e alfanumérica utilizada e produzida no âmbito da elaboração e monitorização do sistema do Montado deverá ser sistematizada num Sistema de Informação Geográfica, permitindo que a elaboração das peças gráficas que o integram seja feita em suporte digital e em formato vetorial.

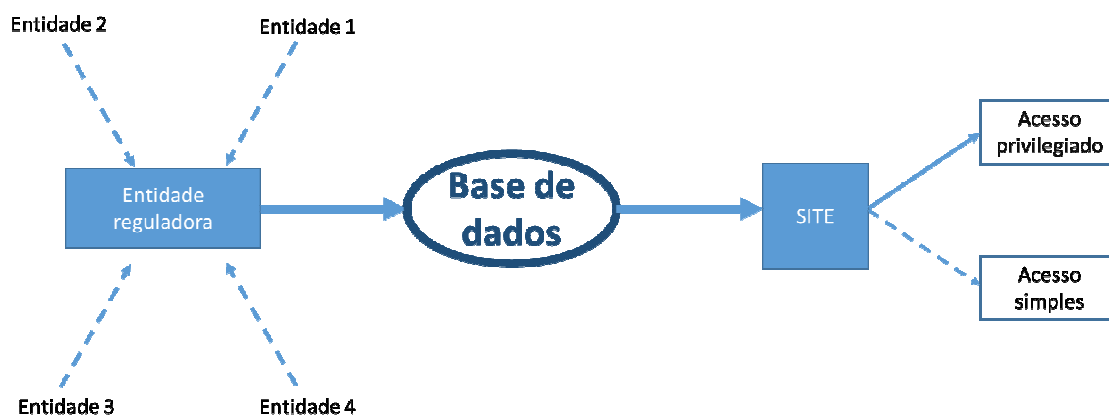
Na importação e integração de informação cartográfica proveniente de fontes de dados eventualmente com sistemas de referência, conteúdos ou consistências diferentes, são adotados procedimentos técnicos, de acordo com a lei das profissões regulamentadas, que assegurem a qualidade do produto final.

No que diz respeito à informação geográfica deve-se ter em atenção alguns aspetos tais como: sistema de referenciação espacial, modelos e formatos de dados, entre outros.

O sistema de referenciação espacial a adotar deverá ser o sistema de referência espacial ETRS89/PT-TM06 (European Terrestrial Reference System), cujos parâmetros são disponibilizados pelo Instituto Geográfico Português (DGT).

Em relação aos modelos e formatos de dados a informação deverá ser sistematizada conforme um modelo de dados e um catálogo estruturado de entidades e atributos (discutidos entre as entidades interessadas). A geometria dos objetos do catálogo de dados geográficos poderá ser armazenada segundo um modelo de dados vetorial (pontos, linhas e polígonos) ou matricial (modelo de nós ou de células). Embora a forma de armazenamento interno da informação nos Sistemas de Informação Geográfica possa ser definida caso a caso, deverá ser produzida uma versão da cartografia do sistema do Montado num formato de dados aberto, que permita a adequada transferência de informação entre distintas aplicações informáticas.

A plataforma eletrónica deverá ser criada por uma entidade alimentada por uma base de dados com informação disponibilizada por todas as entidades envolvidas no sistema do Montado. Pretende-se que esta plataforma constitua um canal privilegiado para a promoção e acompanhamento da plataforma, deverá ser constituída por dois módulos: um de acesso livre para o público em geral, e outro para as entidades envolvidas, para serem disponibilizados todos os relatórios e peças desenhadas produzidas durante o processo.



3. MATRIZ DE TEMÁTICAS E DE CONTEUDOS

3.1. ENQUADRAMENTO

A proposta de racional para o exercício de estruturação de uma matriz temática do Sistema de Montado assenta numa descrição explicativa e aprofundada dos elementos e sistemas que suportam a Paisagem Cultural, para alcançar, de forma depurada e clara, os Atributos e os Valores da Paisagem do Montado.



I. Suporte físico e geográfico

- Área da região mediterrânea de forte influência atlântica.
- Clima com baixas pluviosidades e temperaturas elevadas.
- Características dos solos em que o montado de sobreiro e de azinheira se desenvolve: pobres e esqueléticos, com matéria orgânica mínima e uma rápida mineralização da matéria orgânica por falta de humidade.
- Processos de desertificação dos solos significativos associados às mudanças climáticas em curso. Os efeitos das mudanças climáticas, que estão já a acontecer onde existem os montados, podem ser facilmente identificados seja pelos fenómenos de degradação de solos, de árvores e de ecossistemas, seja pela fragilização de atividades económicas chave nos espaços daqueles (como as atividades agrícolas e pastoris).

- O papel dos sobreiros e azinheiras no sistema de montado na gestão da água. Os recursos em água na região do Mediterrâneo são limitados e são repartidos de forma irregular.
- A gestão das terras e da água oferece oportunidades significativas para as sinergias entre a adaptação às mudanças climáticas e a mitigação dos seus efeitos. Os sistemas agroflorestais (agro-silvo-pastoris) têm, no quadro das mudanças climáticas a vantagem de serem resilientes. Os efeitos das mudanças climáticas são muito amortecidos pelos sistemas agroflorestais devido à cobertura arbórea permanente e aos variados nichos ecológicos. A permanente cobertura da copa dos sobreiros e das azinheiras protege e melhora os solos enquanto aumenta o sequestro de carbono.
- Um sistema de povoamento disperso, estruturado a partir dos montes, em profunda
- ...

II. Sistema multifuncional agro-silvo-pastoril criado pelo homem, por adaptação do bosque mediterrâneo

- A sustentabilidade do sistema de Montado está dependente da intervenção humana continuada, e baseia-se exclusivamente na gestão do material vivo.
- A densidade da ocupação arbórea dentro do sistema representa variações que acompanham situações de transição da floresta para o campo aberto.
- O sistema de Montado é dos poucos sistemas (senão o único) em que a preservação da biodiversidade pressupõe a intervenção humana.
- A produção de sobreiro em sistema de Montado é exclusiva de Portugal, uma vez que noutras localizações a produção de sobreiro predomina em sistema florestal/ mata ou bosque; em Espanha a designação é dehesa (com predomínio de azinheira) e em Marrocos gaba xajar al balut (floresta de árvores da bolota).
- Foi em Portugal que se produziu a legislação mais antiga do mundo de proteção do sobreiro e da azinheira, que data do séc. VII (legislação visigótica, antes da formação da nacionalidade) e do início do século XIII (Costumes e Foros de Castelo Rodrigo, 1209).
- A enorme interdependência entre o sistema de exploração agro-silvo-pastoril e o tipo de assentamento do homem no território /povoamento, cujo elemento estruturador e de distinção é o “monte”, mas em que participam igualmente conjuntos edificados, confere particularidades únicas à paisagem do Montado. ‘Montado’ pode provir de ‘monte’, o primeiro assentamento da humanização alentejana. Os montes assumiam a função de complexo agrícola, cuja localização depende da existência de água nas imediações, que estrutura a área mais próxima da casa com a produção de hortícolas e frutos, de sequeiro de cereais e de montado para corte de lenha e pastos para os rebanhos.
- As pastagens têm um enorme significado ambiental e económico-social no sistema de Montado, na medida em que:
- Garantem o equilíbrio entre as três componentes da paisagem: a componente herbácea, a arbustiva e a arbórea, mas simultaneamente podem tornar-se (se em moldes excessivos) uma das suas maiores ameaças;
- Antes da Reconquista era comum a prática dos invernadeiros, que implicava a transumância dos rebanhos;
- A qualidade da produção pecuária na área de Montado é reconhecida, desde há muito tempo, pelos mercados. A este propósito pode-se referir que os pastos de ovelhas de Campo de Ourique foram levados

para a Austrália por serem considerados dos melhores pastos do mundo em termos da riqueza de diversidade de espécies que possuem.

- A criação do porco de montanha surge associada à riqueza da bolota, fruto da azinheira. Esta atividade ganha expressão em particular na época da Inquisição e decorre da necessidade dos habitantes judeus e muçulmanos destes territórios demonstrarem a sua conversão dado que o consumo da carne de porco lhes estava vedado por imperativos religiosos.
- A caça foi também um fator importante para se manter a integridade florestal no sul do país, e que levou à criação de coutadas fundadas a favor de nobres e mais tarde de lavradores, constituindo atualmente atividade de recreio, mas também fonte de rendimento para proprietários.
- As coutadas, estabelecidas por carta régia, permitiram aos seus proprietários impedir que outros utilizassem livremente as suas terras para cortar lenha ou madeira e pastagem de gado. As coutadas reais foram extintas em 1498.
- Face ao controlo do estrato arbustivo, o risco de incêndio nas áreas de montado é muito reduzido, não obstante as condições climáticas favoráveis à ignição e propagação dos incêndios no período de seca estival. A prevenção dos incêndios florestais é um dos serviços dos ecossistemas para que contribui o montado.
- ...

III - Marcas de um processo histórico de ocupações territoriais, onde foi determinante o encontro entre os povos cristãos e muçulmanos e sobre a qual recaem marcas importantes do período da Reconquista.

- A área geográfica do Alentejo é um território onde se definiu e fixou a fronteira sul da Europa, voltada ao Mediterrâneo (invasão árabe da Península em 711, com a travessia do estreito de Gibraltar, e permanência por cinco séculos, até meados do séc. XIII), a qual demorou cinco séculos a estabilizar. A fronteira sofreu grandes flutuações ao longo dos diferentes reinados cristãos e muçulmanos, com grandes repercussões na sua defesa e ocupação.
- Apesar de existirem marcas de ocupação do território anteriores ao período da “Reconquista”, designadamente associadas à romanização e à presença islâmica nesta área de paisagem mediterrânea, o sistema do Montado enquanto sistema multifuncional agro-silvo-pastoril assume características evidentes nesse período.
- No período da Reconquista do Al Andaluz pelos reinos cristãos do Norte, grande parte do território conquistado aos mouros foi atribuído pelos quatro primeiros reis a ordens militares e a nobres, sob a forma de doações latifundiárias, com a obrigação de defesa e povoamento, o que influenciou de forma indelével a dimensão da propriedade fundiária e a sua relação com as formas de povoamento, bem como o modelo de produção.
- Este território sofreu um processo de refeudalização pesada. No sul do Alentejo, onde a terra era menos fértil, desaparecem inúmeros povoados, enquanto no norte do Alentejo, mais fértil, os povoados mantiveram-se em geral.
- A toponímia das localidades deste território é expressão elucidativa desta ocupação pelas Ordens Religiosas Militares e dos forais por elas outorgados e da expressão que tal veio a ter na toponímia dos povoados que receberam nomes de santos que ainda hoje permanecem no sul do Alentejo. Estes topónimos traduzem as práticas conviviais que permitiam aos cristãos moçárabes venerar os seus santos

maiores: Santa Maria, S. Vicente, S. Brás, S. Cucufate, S. Sisenando, S. Manços, S. Brissos, Santa Iria, S. Paio, S. Mamede...

- A paisagem cultural do Montado apresenta marcas materiais e imateriais da presença de diferentes culturas, seja no património edificado, seja nas práticas tradicionais. Estas conferem a quem visita este território a perceção dos traços culturais de um território partilhado/disputado durante cinco séculos por culturas que aqui, provavelmente como em mais nenhum lugar do mundo, intercalaram períodos de confrontos sangrentos com períodos de diálogo/ interação cultural, de que o moçárabe é uma expressão evidente.
- Entre os vestígios e evidências dos diversos períodos de povoamento incluem-se:
 - Pequenos povoados, com uma expressão urbana e formas arquitetónicas características pela cor alva dos seus muros (embora exista a possibilidade de colorir a cal, para o Estado Novo a caiação a branco visava criar uma expressão arquitetónica típica), pelo seu volume chão e pelos materiais e técnicas construtivas da terra e da taipa.
 - “Malhadas” - estruturas existentes formadas por muros de pedra com uma forma circular, em zonas de cumeada, que serviam para guardar rebanhos durante a noite, com capacidade para 400 ou mais cabeças; também existem malhadas de colmeias, chamadas “malhadas de abelhas”.
 - Choças, construções primitivas (cf. Ernesto Veiga de Oliveira, *Construções primitivas em Portugal*). Também designadas por SOCHOS, CHOÇOS, ESTEIRAS, eram construções ligeiras, feitas em materiais vegetais e maioritariamente usadas por pastores. Distribuídas pela área de trânsito dos rebanhos, testemunham na paisagem o modo de vida dos seus utilizadores numa determinada território. Eram caracterizadas pela sua multifuncionalidade, uma vez que para além de abrigo também desempenhavam uma função produtiva importante para esta região: era ali que se produzia o queijo assim como a seca do fumeiro.
 - “Herdades” - explorações latifundiárias predominantes em todo o Alentejo, com grande expressão também nas áreas de montado, que decorrem da prática de doação de extensos territórios às Ordens Militares, como forma de garantir a defesa do território e de promover o seu povoamento (povoamento bastante difícil dadas as condições edafo-climáticas, a pobreza dos solos e os conflitos constantes entre povos).
 - “Montes” – coincidem frequentemente com anteriores assentamentos de humanização no Alentejo; marcas que pontuam a paisagem por se situarem em pontos altos e arejados, que assumiam a função de complexo agrícola e de residência dos trabalhadores permanentes das herdades e das casas da malta para abrigo de malteses, trabalhadores sazonais, na extração da cortiça, na produção do azeite, nas podas. A sua localização depende da existência de água nas imediações e que estruturam a área mais próxima da casa com a produção de hortícolas e frutos, de sequeiro de cereais e de montado para corte de lenha e pastos para os rebanhos.
- Existem igualmente neste território múltiplas expressões da cultura popular - costumes alimentares, artes e ofícios tradicionais (incluem-se aqui os chocalhos, associados à criação de gado ovino e bovino, cujo fabrico está inscrito na Lista do Património Cultural Imaterial da UNESCO), técnicas tradicionais de edificação, que reforçam o sentido de aproveitamento múltiplo e sustentado dos recursos do sistema de montado assumido pela população que aqui reside:
 - A gastronomia alentejana, tendo por base os elementos tradicionais da dieta mediterrânica - pão, vinho e azeite, torna-se única nas múltiplas combinações dos escassos recursos;
 - As artes e os ofícios tradicionais, que combinam diferentes recursos locais – cortiça, madeira ou terra, com os saberes tradicionais, destinando-se, na sua origem, à satisfação das necessidades

da comunidade rural. Incluem artefactos utilizados na casa e nos trabalhos, a eficiente incorporação nas edificações de elementos estruturais simples, utilizando métodos e materiais tradicionais disponíveis localmente, como a cortiça, possibilitando a sua maior resistência construtiva e conforto térmico;

- Retirar a cortiça de um sobreiro requer técnica apurada e muita perícia. A técnica de descortiçamento, que constitui uma atividade artesanal ancestral. Com golpes certos o descortizador retira a cortiça com a ajuda de um machado próprio, sem prejudicar a árvore. Os descortizadores, enquanto trabalhadores altamente especializados no manejo do machado da corticeira - objecto ímpar no mundo (único instrumento pré-histórico que continua a ser usado), cujo cabo de madeira cortado em cunha ajuda a levantar a cortiça sem que chegue a tocar no sobreiro, têm vindo a desaparecer, ameaçando frequentemente a integridade da árvore.

•

IV – Economias de transformação associadas ao sistema agro-silvo-pastoril (cortiça, carnes,...)

- A presença do sobreiro, que beneficia da influência atlântica, distingue este sistema tradicional multifuncional da paisagem de pastagens mediterrâneas, designadamente na extração e utilização para fins industriais da cortiça, com uma representação maioritária no panorama mundial.
- A cortiça teve das suas primeiras aplicações o fabrico de rolhas de ânfora, na época romana. As rolhas, utilizadas nas ânforas, eram vedadas com seda para permitir o transporte do vinho. As ânforas eram transportadas por navio a partir de importantes centros exportadores de vinho (tais como a Península Ibérica e a Tunísia).
- O montado de sobreiro, ao longo da história, está fortemente ligado ao seu “produto maior”, a cortiça, cujo valor económico foi aumentando ao longo das épocas históricas.
- A cortiça foi um recurso económico estratégico desde o período dos Descobrimentos, no século XIV/XV, em que se verificou um crescimento assinalável da procura de sobreiro para o cabano das naus, aos contratos de monopólio, nos séculos XV e XVI, de exportação da cortiça para diversos mercados europeus, designadamente para a Flandres e até à sua industrialização e transformação em território nacional, iniciada tardiamente no início do séc. XIX, com a criação de fábricas corticeiras no Alentejo, Algarve e Vale do Tejo (sendo que a 1ª fábrica, segundo se conhece, foi instalada em Santiago do Escoural, no concelho de Montemor-o-Novo).
- O processo de industrialização no setor corticeiro, em algumas localidades, foi dominado pela criação de pequenas oficinas, embora com uma grande expressão socioeconómica (caso do concelho de Grândola); noutras áreas, processou-se com a instalação de grandes fábricas, com uma enorme representatividade de industriais e investidores estrangeiros, catalães e ingleses, como nos casos da Robinson, em Portalegre, da Fábrica do Inglês, em Silves ou da Mundet, no Seixal.
- No primeiro decénio do séc. XX Portugal tornou-se o maior produtor mundial de cortiça e detentor da maior área suberícola europeia. Hoje, Portugal detém 1/3 da superfície ocupada com sobreiro e 1/2 da produção mundial e tem apostado progressivamente na inovação tecnológica da transformação e na inovação de produto, apesar de o segmento das rolhas continuar a ser bastante ou mesmo o mais representativo no mercado de exportação.

3.2. TEMÁTICAS E CONTEÚDOS

I. Suporte físico e geográfico

1. Clima
2. Solos
3. Geomorfologia
4. Hidrologia
5. Vegetação
6. Biodiversidade
7. Localização

II. Sistema silvo-pastoril criado pelo homem, por adaptação do bosque mediterrâneo

1. Bosque mediterrâneo
 - a. Cartografia/descrições
2. As transformações do bosque mediterrâneo: sistema agro-silvo-pastoril
 - a. Intervenção do homem/utilização intensiva/sistema multifuncional: arroteias, cereal, cortiça, pastoreio
3. Estrutura do sistema silvo-pastoril (agroflorestal)
 - a. Densidade e estrutura arbórea
 - b. Pastagens: 1. Pastagens naturais/espontâneas 2. Pastagens melhoradas
 - c. Produção animal: suínos, raças autóctones, alterações
 - d. Outros produtos do bosque: mel, cogumelos, PAMC (plantas aromáticas, medicinais e condimentares), caça
 - e. Externalidades
4. Gestão multifuncional: à procura de equilíbrios instáveis
5. Saberes tradicionais: podas e descortiçamento, montanha, pastoreio, apicultura, caça, micologia...
6. Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, PCI, etc.
7. Vivências sociais, práticas coletivas: cante, gastronomia mediterrânica pobre, comida coletiva dos ranchos de trabalhadores (comida de ganhão)
8. Arquitetura e Povoamento:
 - a. Os montes, formas urbanas tradicionais, construções primitivas de instalações temporárias associadas à transumância.
 - b. Revolução liberal/expansão dos montes.
 - c. Construção tradicional de taipa, técnica construtiva tradicional em terra.
9. Principais referências ao sistema na literatura (séculos XVII a XX)¹
10. I&D recente (reconhecimento do sistema)

III - Marcas de um processo histórico

Períodos históricos a considerar:

¹ Ver Fontes de Arquivos e Bibliografia (no final)

1. Período romano

- a. Grandes villas romanas, consideradas matriciais da grande propriedade.
- b. Práticas agrícolas predominantes: vinha, olival e trigo.
- c. Muito baixa densidade demográfica. A Presúria era a forma comum de ocupação de um terreno para cultivar. Quando essa ocupação se fazia em terra conquistada ao inimigo, a presúria considerava-se uma doação do soberano.
- d. A cortiça era explorada para o fabrico de rolhas de ânfora, vedadas com seda, utilizadas nos barcos que circulavam no Mediterrâneo.
- e. O período romano sempre foi mais valorizado na investigação histórica do que o período islâmico, durante muito tempo menos investigado.
- f. Uma explicação avançada por Boisselier é que a propriedade da terra sempre alimentou a narrativa da construção do estado-nação, que encontrou no grande latifundium romano a explicação para a configuração do sistema de latifúndio que explica a morfologia da propriedade moderna no sul do país. Virgínia Rau defende que essa interpretação corresponde a um grande mito histórico e defende que a concentração de terras se deu no séc. XIV com a crise demográfica provocada pela peste). Boisselier defende também que o latifúndio no Alentejo é um fenómeno da Baixa Idade Média.

2. Período visigótico

- a. Legislação visigótica de proteção de sobreiro e azinheira (confirmar)
- b. Instituição da propriedade comunal de raiz germânica que substitui o conceito romano de universitas (agrupamentos) pelo coletivo ou comum dos vizinhos do lugar - o monte e o bosque são usados mediante "sortes", termo ainda hoje utilizado, ou de forma coletiva no aproveitamento de frutos, lenhas, madeiras e pastos.
- c. Criação dos montes vicinais de comunidade germânica que são provavelmente a origem dos baldios.
- d. Pastorícia: práticas de transumância, com direito de montádego (imposto de passagem calculado em função das montas ou nº de cabeças de gado) e compáscuo (terrenos de pastagem comum de rebanhos).
- e. Breviário de Alarico - o mais importante código de leis visigótico que assimila o direito germânico e o romano.

3. Período islâmico

- a. Presença árabe na península por cinco séculos.
- b. Os árabes davam as terras conquistadas de renda aos hispano-romanos enquanto os berberes as cultivavam diretamente.
- c. Tradição pastoril de origem árabe e berbere. Como outros povos semitas, tinham uma tradição ancestral de pastoreio que passaram à Península. Grande número de termos de origem árabe ligados à pastorícia e ao fabrico do queijo, como é o caso do almece- produto alentejano tradicional, resultante do soro de coalhada do queijo de ovelha, muito apreciado pelos conhecedores.
- d. Antes da Reconquista era comum a prática de invernadeiros, que implicava a transumância de rebanhos.
- e. No período de ocupação islâmica há referências à introdução de ovelhas produtoras de lã de grande qualidade.
- f. A falta de população é uma constante ao longo da sua história, mas não terá sido tão grave no período islâmico, que teria então uma densidade populacional no Baixo Alentejo à que tem hoje
- g. Há notícias que se reportam a este período que se referem ao incremento de conflitos entre as atividade de pastagem e de criação de gado e as atividades agrícolas.
- h. Referência ainda para a importância da bolota para a alimentação de humanos e de animais domésticos e à produção de mel na região nas áreas de montado.

4. Período da reconquista cristã

- a. Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc.
- b. A origem do montado encontra-se ainda em discussão. Segundo SILBERT (1966) e Cabo Alonso (1998), na origem da constituição do montado ibérico podemos evocar a forma com se efetuou a Reconquista e que veio condicionar o tipo de propriedade e de exploração agrárias (...) bem como a importância que teve o deslocamento sazonal do gado ovino.
- c. Com a reconquista, os terrenos conquistados pertenciam ao monarca, que cedeu grandes extensões ao clero, sobretudo às ordens militares, e à nobreza como recompensa por méritos de guerra.
- d. Estas doações latifundiárias, com a obrigação de defesa e povoamento, influenciou, de forma indelével dimensão da propriedade fundiária e a sua relação com as formas de povoamento.
- e. A historiografia mais recente considera a Reconquista um "processo de expropriação e de reapropriação porque não se verificou um êxodo maciço de populações, já que grande parte dos muçulmanos continuaria a viver nas terras que tinham habitado durante cinco séculos. Perderam foi a posse da terra.
- f. O processo de refeudalização levou ao desaparecimento de muitos povoados (sobretudo no sul menos fértil).
- g. A instituição do sistema das sesmarias no séc. XIII proporcionou uma distribuição ordenada de distribuição de terras para cultivo e um incentivo ao povoamento de terras abandonadas e instalação de novos 'colonos'.
- h. A criação do porco de montanha ganha expressão na época da Inquisição, pela necessidade dos habitantes judeus e muçulmanos destes territórios demonstrarem a sua conversão (a carne de porco era-lhes interdita).
- i. Os direitos relacionados com o monte durante a Baixa Idade Média eram o direito a pastorear o gado, exceto nas devesas ou defesas, terras defendidas do pastoreio e o direito de trânsito do gado, pagando-se o tributo de portagem, chamado montado.
- j. Extensos domínios da coroa que estavam coutados para a caça estavam vedados aos porcos domésticos (casendos).
- k. D. Sancho I lança coimas a quem danifique os sobreiros (Costumes e Foros de Castelo Rodrigo, 1209)
- l. D. Afonso III promove a utilização da madeira de sobreiro
- m. D. Dinis decreta a sua guarda por homens jurados (Campo de Ourique e Santiago do Cacém) e proíbe o seu corte (Reguengo de Alcáçovas)
- n. Embora nesta altura não se fizesse referência ao montado, havia um entendimento nas políticas de que deveria haver um equilíbrio entre coberto arbóreo e pastagens que deveria ser encarado com prudência. O mesmo acontece neste período noutras regiões mediterrânicas, como a Catalunha e a República de Veneza. Poder-se-ia chamar a este sistema um proto-montado

5. Período da Restauração da Independência/ Descobrimentos

- a. D. João II e D. Manuel I disciplinam a extração e o comércio da cortiça.
- b. Há desta época muitos regulamentos relativos às vias que podem e devem ser utilizadas pelos rebanhos, à defesa das culturas.
- c. Em 1538 foi proibido vender a espanhóis o direito de uso das pastagens.
- d. A Lei das Árvores, de 1565, para responder ao incremento das pastagens e da produção de carvão vegetal, reconhece a importância das árvores como recurso, promove a sua proteção e incentiva a sua renovação e plantação. O uso do fogo para limpeza de matos é também sujeito a controlo.
- e. As coutadas reais foram extintas em 1498.
- f. Quebra demográfica e sangria de mão-de-obra com a mobilização compulsiva de homens para as viagens das Descobertas.
- g. Período de intenso abate de árvores para responder ao crescimento da procura de sobro para cavename das naus.
- h. Desde o reinado de D. Manuel I que o montado (imposto) era renda do rei.

- i. Séc. XV/XVI - exportação da cortiça para mercados europeus
- j. Na Dinastia filipina mantêm-se os decretos que disciplinam a extração e o comércio da cortiça.
- k. Foram criados incentivos ao cultivo de cereais, nomeadamente em áreas abertas de sobreiros, prática que se tornou comum no séc. XVII.
- l. A Legislação nacional dos sécs. XVI e XVII reflete uma clara intenção das autoridades de incrementar a limpeza dos matos e as técnicas de cultivo assim como a criação de gado. Reflete ainda a preocupação com a proteção das árvores (sobreiros e azinheiras, da família dos carvalhos) e a manutenção de floresta. Em resultado destas políticas, criou-se um complexo sistema de uso da terra, altamente regulado e cuidadosamente gerido incluindo ao mesmo tempo exploração das árvores e do sobcoberto.

6. Do Marquês de Pombal à Revolução Liberal

- a. Séc. XIX: surge uma nova conceção do liberalismo agrário: a terra liberta de antigas servidões concentra-se nas mãos de poucos proprietários, sem constrangimentos de usos. Os pastos que antes eram comuns, são agora arrendados.
- b. Acaba o regime de Morgadio em que os domínios senhoriais e a propriedade deixam de ser indivisíveis e como tal não sujeitos a partilha.
- c. Extinção das ordens religiosas sendo os seus bens secularizado e incorporados na Fazenda Nacional
- d. A montanha, muito ténue nos séculos XVII e XVIII, surgiu com grande vigor no séc. XIX.
- e. D. João V decreta a indivisibilidade das "mattas de montados e madeiras no Além-Tejo"
- f. É com o Marquês de Pombal, em meados do séc. XVIII que o regime de propriedade vai ser profundamente alterado, deixando de constituir entrave ao desenvolvimento do montado e da montanha.
- g. Algumas leis anteriores foram modificadas: a regulamentação da transumância foi abolida e a taxa de uso dos terrenos cessou em 1739.
- h. A escravatura foi abolida em 1761 (os escravos de origem africana constituíam uma importante força de trabalho na região do Alentejo)
- i. Em reação, o governo ordenou, em 1787, a migração forçada para o Alentejo de população dos Açores.
- j. D. Pedro II atualiza as penas a quem desrespeite a integridade dos montados.

7. Industrialização

- a. Paisagem associada à economia da cortiça e à sua produção desde meados/finais do séc. XIX.
- b. Industrialização do setor corticeiro, desde a criação de pequenas oficinas (com grande expressão em Grândola), até à instalação de grandes fábricas com capitalistas ingleses e catalães (Robinson, em Portalegre, Fábrica do Inglês, em Silves e Mundet, no Seixal).
- c. Podemos aceitar a ideia de que numerosos montados atuais são relativamente recentes: datam de há um século ou menos
- d. Industrialização da produção da produção pecuária e cerealífera. Do final do séc. XIX até meados do XX foram as arroteias para o cultivo do trigo o fator de dinamismo que alterou visivelmente as paisagens do sul do país.
- e. Peste suína africana, nos anos 60 do séc. XX, que compromete a sustentabilidade dos montados de azinho.
- f. Desertificação humana (concentração urbana, emigração), com abandono dos montes e das pequenas aldeias.
- g. Organização do trabalho deixa de ser com base em trabalhadores individuais e permanentes e com a necessidade de mão-de-obra para os trabalhos da ceifa, e monda de cereais, de limpeza do coberto arbustivo-extirpar do mato, tiragem da cortiça passam em ranchos migratórios coletivos organizados para tarefas sazonais (avieiros, ratinhos, maninhos).

- h. Surge a figura do feitor, manageiro, encarregado pelo proprietário ausente em grandes temporadas, para dirigir a produção e a mão-de-obra.
- i. Proletarização do operariado rural, movimentos sociais.
- j. Efeitos da PAC no montado, subsidiando cabeças de gado bovino, que resultaram em encabeçamentos elevados e nocivos para a regeneração do montado.
- k. O final do séc. XIX e o início do XX, trouxe a maior ocupação do território do Alentejo jamais registado.

IV - Economias de transformação associadas ao sistema silvo-pastoril

1. Trigo: das arroteias do séc. XIX às Campanhas do Trigo
2. Indústria da Cortiça: Rolha, aglomerados, novos produtos de qualidade
3. Porco de montanha: 1. Antes da peste suína africana (1960); 2. Ressurgimento dos transformados do porco; 3. Produtos transformados de qualidade
4. Turismo: cinegético, rural, natureza, cultural...
5. Mercados do futuro: serviços de ecossistema

3.3. FONTES DE INFORMAÇÃO

O sistema de informação deverá ter por base um conjunto alargado de fontes, abrangendo as múltiplas dimensões do sistema do montado, e que permitirão a sua manutenção e atualização em contínuo.

Para além do extenso manancial de bibliografia geral e temática, incluindo documentos históricos, monografias, estudos, relatórios de projetos, artigos científicos, de documentos regulamentares e normativos e de documentos de política (ver Anexo), a estrutura de monitorização deverá disponibilizar dados estatísticos e cartográficos, provenientes de diversas fontes (incluindo recenseamentos, inventários e outros instrumentos de recolha sistemática de dados).

Em termos globais, as principais entidades detentoras de fontes de informação potencialmente mobilizável para o sistema de informação são as seguintes:

- Biblioteca Nacional, Arquivos e outros Centros de Documentação histórica
- Instituto Nacional de Estatística (INE)
- Universidades ou Centros de estudos e investigação
- Organismos e entidades de Administração Pública, central e local
- Entidades privadas de natureza associativa (áreas económicas, culturais, sociais e outras)

Relativamente aos organismos e entidades da Administração pública que mais diretamente estão relacionados com o tema global do sistema de Montado e que, nessa medida, devem ser detentores de informação relevante de nível científico, técnico e de avaliação / monitorização, destacam-se os seguintes, já identificadas no Relatório 1:

- Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.,
- Câmaras Municipais da Região do Alentejo,
- Comunidades intermunicipais
- Direção Geral da Alimentação e Veterinária,
- Direção-Geral de Energia e Geologia,
- Direção Geral do Património Cultural,
- Direção Geral do Território,
- Direção Regional da Cultura do Alentejo,
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo,
- EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A,
- ERT - Entidade Regional de Turismo do Alentejo e Ribatejo
- Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território,
- Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P.,
- Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana, I.P.,

- Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P.

No caso de entidades privadas associativas de representação dos principais setores económicos na região, podemos indicar de forma preliminar as seguintes:

- ADER-AL - Associação para o Desenvolvimento em Espaço Rural do Norte Alentejo
- ADL - Associação para o Desenvolvimento do Litoral Alentejano
- ADRAL - Agência de Desenvolvimento Regional do Alentejo
- ADTR - Associação para o Desenvolvimento das Terras do Regadio
- Alentejo de Excelência - Associação para a competitividade
- ALENTEJO XXI - Associação de Desenvolvimento Integrado do Meio Rural
- AFLOSOR - Associação dos Produtores Agroflorestais da Região de Ponte de Sôr
- ANPC - Associação Nacional de Proprietários Rurais Gestão Cinegética e Biodiversidade
- ANSUB - Associação dos Produtores Florestais do Vale do Sado
- APCOR – Associação Portuguesa da Cortiça,
- APRODER - Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo
- ARQUEOMUSEUM, Associação de Arqueologia e Património Cultural do Alentejo Litoral
- Associação de Criadores de Bovinos de Raça Alentejana
- Associação de Criadores de Porco Alentejano
- Associação de Defesa do Património de Beja
- Associação de Defesa do Património de Mértola
- Associação dos Guardiões do Montado
- Associação Nacional de Criadores de Porco Alentejano
- Associação para a Defesa e Divulgação do Património Geológico do Alentejo e Algarve
- Associação Portuguesa de Caprinicultores da Raça Serpentina
- ATEVA - Associação Técnica dos Viticultores do Alentejo
- CHARNECA - Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana
- Confraria do Sobreiro e da Cortiça,
- ESDIME - Agência para o Desenvolvimento Local no Alentejo Sudoeste
- Filcork - Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça,

- LEADERSOR - Associação para o Desenvolvimento Rural Integrado do Sôr
- LPN - Liga para a Proteção da Natureza,
- Monte - Desenvolvimento Alentejo Central, A.C.E.
- NERE – Núcleo Empresarial da Região de Évora
- NERBE - Núcleo Empresarial da Região do Baixo Alentejo e Litoral
- NERPOR - Núcleo Empresarial da Região de Portalegre
- Olivum - Associação de Olivicultores do Sul
- PRO-MONTADO - Associação Para A Valorização Do Montado de Grândola.
- Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza,
- ROTA DO GUADIANA - Associação de Desenvolvimento Integrado
- TERRAS DENTRO - Associação para o Desenvolvimento Integrado
- UNAC - União da Floresta Mediterrânica.

Na tabela seguinte apresenta-se ainda uma lista de fontes de informação principais, elencando-se de forma sistemática os respetivos atributos. Em Anexo é ainda incluída um inventário de legislação associada ao sistema de Montado.

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ /unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Corine Land Cover (CLC)	Cartografia de uso e ocupação de solo, baseada na interpretação visual de imagens de satélite (provenientes dos satélites SPOT-4 e IRS P6).	Cartográfica	Direção Geral do Território (DGT), com coordenação da Agência Europeia do Ambiente	1990, 2000, 2006, 2012	Europa	1/100 000 (unidades mínimas cartográficas de 5 e 25 ha)	Vetorial	<p>Uso e ocupação do solo assente numa nomenclatura com 44 classes, agrupadas numa hierarquia de três níveis.</p> <p>As cinco categorias principais (nível 1) são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Territórios artificializados • Áreas agrícolas e agroflorestais • Florestas e meios naturais e seminaturais • Zonas húmidas • Corpos de água <p>Ex^o sistemas agroflorestais.</p>
Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS)	Cartografia temática que caracteriza com grande detalhe a ocupação/uso do solo, produzida com base na interpretação visual de imagens aéreas ortorectificadas, de grande resolução espacial.	Cartográfica	Direção Geral do Território (DGT)	1995, 2007, 2010	Portugal Continental	1/25 000 (unidade mínima cartográfica de 1 ha)	Vetorial	<p>Uso e ocupação do solo assente numa nomenclatura hierárquica com cinco níveis de detalhe e 225 classes no quinto nível (a nomenclatura da carta de 1995 possui uma legenda mais simplificada de apenas 89 classes).</p> <p>Ex^o: Sistemas agroflorestais de sobreiro com culturas temporárias de sequeiro; Sistemas agroflorestais de azinheira com pastagens</p>
Inventário Nacional da Floresta	Estatísticas e cartografia-base, sobre a abundância, estado e condição dos recursos florestais nacionais, incluindo informação sobre: áreas das principais espécies florestais, existências e disponibilidades lenhosas, armazenamento de carbono, vitalidade e diversidade florestal.	Cartográfica	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	1995, 2005, 2010 (periodicidade prevista de 5 anos)	Portugal	n.d.	Vetorial	<p>A nomenclatura de uso/ocupação do solo encontra-se estruturada em nove níveis de informação, organizados em três grandes temas: uso do solo; ocupação do solo; e análise da paisagem (detalhada para os usos relacionados com o coberto agroflorestal, designadamente os usos florestais e agrícolas).</p> <p>Ex^o: espécies arbóreas presentes/dominantes; Idade dos povoamentos/das árvores; Sobcoberto</p>

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ /unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Inventário nacional de mortalidade de sobreiro	Identificação e delimitação dos povoamentos de sobreiro e identificação e quantificação de sobreiros com sinais de declínio tendo por base a análise de fotografia aérea.	Cartográfica	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM)/ /Universidade de Évora	2004/2006	NUTS III Beira Interior Sul, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Algarve, Península de Setúbal e a parte a sul do rio Tejo da Lezíria do Tejo e do Médio Tejo.	n.d.	Vetorial	Exº Densidade do coberto arbóreo, Índice de Mortalidade
Inventário nacional de mortalidade de azinheira	Identificação e delimitação dos povoamentos de azinheira e identificação e quantificação de azinheira com sinais de declínio tendo por base a análise de fotografia aérea.	Cartográfica	Instituto de Ciências Agrárias e Ambientais Mediterrânicas (ICAAM)/Univer sidade de Évora	2004/2006	NUTS III Médio Tejo, Lezíria do Tejo, Beira Baixa, Área Metropolitana de Lisboa Alentejo Central, Alto Alentejo, Baixo Alentejo, Alentejo Litoral, Algarve,	n.d.	Vetorial	Exº Densidade do coberto arbóreo, Índice de Mortalidade
Registo das autorizações para corte ou arranque de sobreiros e azinheiras	Sistematização dos pedidos para autorização de corte ou arranque diferidos	Quantitativa	Direção Geral das Florestas, Direções Regionais da Agricultura, Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas	Atualização permanente	Nacional	n.a.	n.a.	Exº Abate de árvores

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ /unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Atlas do Ambiente	Informação geográfica de cariz eminentemente ambiental.	Cartográfica	Agência Portuguesa do Ambiente (APA)	Variável	Portugal Continental	Variável	Vetorial (desde 1987)	<p>Informação correspondente a temas essenciais do ambiente, designadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ambiente físico: p.e., insolação, temperatura, radiação solar, precipitação, geada etc. • Ambiente biológico: p.e., agricultura e florestas, azinheira e sobreiro, carvalhos e castanheiro, acácias e eucaliptos, etc. • Ambiente biofísico: p.e., solos, acidez e alcalinidade dos solos, capacidade de uso do solo, etc. • Ambiente humano: p.e., densidade de população, população residente, alojamentos clássicos, ocupação habitacional, instrumentos de planeamento, serviços básicos de água, saneamento, recolha de RSU, eletricidade, etc. • Ambiente Protegido (p.e., áreas de conservação da natureza, zonas húmidas, árvores notáveis, etc.)
Recenseamento Geral Agrícola (RGA)	Inquérito nacional realizado junto de todas as explorações agrícolas tendo em vista caracterizar a agricultura portuguesa.	Quantitativa	Instituto Nacional de Estatística (INE)	2009 (decenal)	Portugal	Freguesia	.xls	<p>Informação sobre, entre outros, os seguintes temas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estrutura das explorações agrícolas • Utilização das terras • Rega • Efetivos animais • Máquinas agrícolas • População e mão-de-obra agrícola • Práticas agrícolas <p>Exº Superfície de prados e pastagens, encabeçamento.</p>

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal	Estabelece as regras para a identificação e registo (e ainda para a circulação) dos animais numa base de dados nacional informatizada.	Qualitativa e quantitativa	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)	Atualização em contínuo.	Portugal	Unidade de produção	.xls	Informação sobre animais das espécies bovina, ovina, caprina, suína e equídeos Exº Pecuária em regime de produção intensiva
Sistema e Informação do Regadio	Agrega informação sobre o regadio nacional, nomeadamente a referente à sua parte pública, ou seja, os aproveitamentos hidroagrícolas de iniciativa da Administração Central.	Cartográfica	Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) enquanto Autoridade Nacional do Regadio	Atualização em contínuo.	Portugal	Variável	Vetorial	Exº Perímetros de rega
Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica	Permite a delimitação dos prédios e o conhecimento das parcelas de cultura nestes existentes.	Cartográfica	Delegações regionais da Direção Geral do Território (DGT)	Variável	Abrange 128 concelhos (do Continente e Regiões Autónomas)	Variável	Variável	Limites das parcelas por secções cadastrais. Exº: Limites das propriedades, dimensão da propriedade
Inventários do Património Cultural	Informação sobre bens móveis e imóveis e intangíveis classificados, nas diversas categorias.	Cartográfica	Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	Variável	Nacional	n.a	Variável	Identificação do património cultural, integrando: <ul style="list-style-type: none"> • Património Imóvel classificado ou em vias de classificação, nas categorias de Monumento Nacional e Imóvel de Interesse Público • Património cultural Imaterial (MatrizPCI): Tradições e expressões orais; expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; práticas sociais, rituais e eventos festivos; conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais. • Património Móvel (MatrizNet)
Endóvelico - Sistema de Informação e Gestão Arqueológica	Inventário geral dos sítios arqueológicos (ou Carta Arqueológica), integrando dados de natureza técnico-científica georreferenciados.	Cartográfica	Direção Geral do Património Cultural (DGPC)	n.a.	Nacional	n.a	Vetorial	Identificação dos sítios arqueológicos

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ /unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Itinerários e Inventários Temáticos	Síntese atualizada de conhecimento sobre os imóveis selecionados e que, com características tipológicas ou cronológicas muito diversas, comungam de inegável interesse histórico, patrimonial e ambiental,	Qualitativa	Diversas	Variável	Diverso	n.a	n.a	Disponível informação sobre: <ul style="list-style-type: none"> • Pontes Históricas do Alentejo - Um Itinerário Cultural • Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve • Património Industrial • Património Industrial - Arquitetura Industrial Moderna (1925-1965) • Jardins da Cultura
Sistema de Informação do Património Natural (SIPNAT)	Reúne informação sobre os principais elementos do património natural	Cartográfica	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)	Variável	Portugal Continental	Variável	Vetorial	Identificação/delimitação do património natural, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Rede Nacional de Áreas Protegidas: Parque Nacional; Parque Natural; Reserva Natural; Paisagem Protegida; e Monumento Natural. • Rede Natura 2000: Sítios de Importância Comunitária e Zonas de Proteção Especial • Reservas da Biosfera • Zonas Húmidas na Lista de Sítios Ramsar • Espécies da Fauna de Vertebrados
Inventário de geossítios de relevância nacional - Património Geológico de Portugal	Reúne os principais locais em Portugal (geossítios) onde ocorrem elementos da geodiversidade (minerais, fósseis, rochas, geofomas) com elevado valor científico.	Qualitativa	Universidade do Minho (coord.) Prevê-se que este inventário venha a integrar o SIPNAT	2010	Nacional	n.a	n.a	Informação relativa ao património geológico de valor científico e de relevância nacional. Os geossítios identificados para cada categoria (foram estabelecidas cerca de 3 dezenas de categorias) foram avaliados quantitativamente relativamente a dois aspetos: valor científico e vulnerabilidade.
Instrumentos de Gestão Territorial	Instrumento de gestão territorial, particularmente, de base municipal, que dispõem de informação sobre condicionantes da gestão territorial, usos e ocupação dos solos, etc.	Cartográfica	Administração central e local; Direção Geral do Território (DGT)	Muito variável	Nacional, Regional e Municipal	Variável	Variável	Os Planos Diretores Municipais (PDM) pela sua natureza e escala territorial são particularmente relevantes como fonte de informação deste sistema. Para além dos aspetos regulamentares, os PDM sistematizam um conjunto significativo de dados de caracterização. Exº: Património Imóvel de Interesse Municipal

Designação	Descrição breve	Tipo de informação	Entidade responsável (produção e gestão informação)	Data(s) de referência (periodicidade)	Âmbito territorial	Escala/ /unidade territorial	Modelo de dados (disponível)	Informação disponível (exemplos)
Registo Nacional de Turismo	Base de dados sobre a oferta turística nacional nas suas diversas componentes, incluindo o alojamento turístico, a organização e venda de viagens e de atividades de animação turística	Quantitativa e qualitativa	Turismo de Portugal	Atualização em contínuo.	Nacional	n.a.	.xls	Informação relativa à oferta de: <ul style="list-style-type: none"> • empreendimentos turísticos • alojamento local • agentes de animação turística • agências de viagem e turismo Exº: Capacidade dos empreendimentos turísticos e das unidades de alojamento local.
Planeamento estratégico e operacional, territorial e setorial	Permite a identificação de instrumentos de política pública, incluindo de financiamento, para investimentos públicos e privados	Documental	Diversas, incluindo Governo, Administração central e Administração desconcentrada	Variável	Nacional, regional ou sub-regional	n.a.	n.a.	
Estatísticas relativas às economias de transformação	Dados sobre as várias economias de transformação associadas ao montado designadamente, cortiça, carne e transformados e outros produtos, incluindo produtos tradicionais de qualidade (DOP, IPG, ETG).	Quantitativa	Várias entidades, designadamente, DGADR e associações de produtores: APCOR, APCA, ACOMOR, ANCPA, APFNA, APCRS, APETAL, etc.	Variável	Variável	Variável	Variável	Informação muito diversificada, podendo abranger os seguintes domínios: <ul style="list-style-type: none"> • empresas/explorações • emprego • volumes e valores de produção • volumes e valores de exportação

Para além de outros modos de apresentação e tratamento da informação obtida a partir destas fontes, é desejável que esta seja cartografável.

4. GESTÃO E SISTEMA OPERACIONAL DE MONITORIZAÇÃO

A gestão do sistema do Montado coloca um conjunto de exigências e desafios que decorrem da multiplicidade de intervenientes no próprio sistema multifuncional, da complexidade das suas relações e da compatibilização de interesses e perspetivas diferenciadas.

As responsabilidades e tutelas sobre o território em que permanece o sistema do Montado são diversas e distribuem-se pelos níveis local, regional e central da administração pública. Acresce a multiplicidade de agentes que intervêm ao nível económico, social e cultural.

Considerando os desafios de articulação e concertação de interesses, de perspetivas, de responsabilidades e de capacidade de decisão e de intervenção na esfera da gestão do sistema do Montado, entende-se esta estrutura de informação e suporte como uma das ferramentas de gestão essenciais para compatibilizar intervenções e interesses ao permitir a sustentabilidade do sistema de Montado e a sua evolução no sentido de preservação dos seus elementos estruturantes. Considera que a sustentabilidade e o alcance das intervenções dependem em grande medida da capacidade que os parceiros tiverem para criar e enraizar práticas de partilha de informação e de monitorização das componentes do sistema.

4.1. SISTEMA DE PARTILHA DE INFORMAÇÃO

A partilha de informação entre os diversos agentes, gestores públicos e privados, visitantes e turistas e população constitui uma das finalidades da criação desta Estrutura de Informação e de suporte e tem de contemplar um conjunto de orientações que assegurem e reforcem as condições da salvaguarda e da sustentabilidade do sistema do montado. Estas condições devem vir a mobilizar principalmente instrumentos e ferramentas com capacidade para intensificar e garantir a cooperação e a concertação de interesses, conhecimentos e decisões entre esses diversos *players*, bem como a participação pública na promoção, gestão e salvaguarda de Paisagem Cultural do Montado.

No que se refere à cooperação e concertação de interesses, conhecimentos e decisões entre os diversos *players*, importa sobretudo criar instrumentos nos seguintes níveis:

- a) Entre as diversas instâncias públicas setoriais, nacionais e europeias, com intervenção nos diversos domínios relacionados com o sistema do Montado;
- b) Entre as diversas instâncias que intervêm no quadro regional e local, ao nível setorial e ao nível territorial;
- c) Entre as instâncias de tutela, a nível nacional, regional e local e os centros de produção de conhecimento – Centros I&D, universidades, etc.;
- d) Entre as entidades do setor público e os agentes privados, incluindo os proprietários e outros agentes com interesses diversos associados ao sistema do Montado, de cariz económica, ambiental, social ou cultural;
- e) Entres as estruturas associativas representantes dos interesses referidos e as entidades públicas com tutela sobre as diversas matérias.

Em termos do objetivo de desenvolvimento da participação pública, as propostas vão no sentido de estudar as melhores soluções a implementar em matéria de envolvimento das comunidades locais, de modo a criar mecanismos regulares de auscultação, participação e avaliação do próprio sistema, bem como da Paisagem Cultural do Montado, enquanto bem a inscrever na Lista do Património da Humanidade.

A matriz seguinte procura fazer um primeiro exercício de conceção do suporte de informação, tendo em vista a relação entre as diversas tipologias de fontes de informação e os diversos produtores e destinatários (utilizadores) dessa informação e identificando as finalidades essenciais de cada grupo de intervenientes:

Principais grupos de intervenientes	Entidades públicas (nacionais e comunitárias)	Entidades produtoras de conhecimento científico	Proprietários e outros agentes económicos	Entidades associativas, de base setorial ou cívica	Utentes de serviços, visitantes e turistas	População residente
Fontes de informação						
Arquivos	<i>Produção</i>	<i>Produção</i>		<i>Produção</i>		
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>		
Bibliografia	<i>Produção</i>	<i>Produção</i>		<i>Produção</i>		
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>
Projetos de I&D e formalização de conhecimento	<i>Produção</i>	<i>Produção</i>		<i>Produção</i>		
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>		
Legislação e regulamentação	<i>Produção</i>			<i>Produção</i>		
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>
Instrumentos de planeamento e de gestão	<i>Produção</i>					
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>
Informação sobre os sistemas atuais existentes	<i>Produção</i>	<i>Produção</i>		<i>Produção</i>		
	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>	<i>Utilização</i>

O desenvolvimento e concretização desta matriz, essencial para o desenvolvimento da estrutura de suporte e informação, será um contributo essencial para o modelo de gestão futura da Paisagem. Para além da concretização do tipo de informação que é produzido em cada um dos níveis apontados, é essencial identificar os mecanismos da sua produção (métodos, indicadores, registos, tratamentos, divulgação, etc.).

4.2. SISTEMA OPERACIONAL DE MONITORIZAÇÃO

O sistema operacional de monitorização deverá ser estruturado em três níveis de monitorização distintos, embora estreitamente articulados entre si:

i) Monitorização estratégica

Destina-se a aferir, de forma contínua, e o cumprimento dos objetivos de natureza estratégica (impactes, efeitos de arrastamento, boas práticas de trabalho em parceria, geração de novos projetos, etc.), identificando bloqueios e antecipando soluções.

Trata-se de uma monitorização baseada sobretudo em informação de natureza qualitativa

ii) Monitorização operacional

Destina-se a controlar o desenvolvimento de programas específicos e em especial o seu caminho crítico, agindo por antecipação. Tem como base principal um cronograma detalhado das diversas tarefas e ações a desenvolver no âmbito dos programas/iniciativas a definir.

Recorre a um corpo de informação de natureza mista, qualitativa e quantitativa.

iii) Monitorização de realizações e resultados

É o nível mais básico da monitorização, que deve alimentar os dois níveis superiores. Centra-se na criação, manutenção e análise de um conjunto de indicadores de realização e de resultado acerca de todas as ações a desenvolver, e no seu confronto com as metas a atingir.

Permitirá análises de eficácia (cumprimento de objetivos) e de eficiência (economia dos recursos afetos ao cumprimento dos objetivos).

É de natureza essencialmente quantitativa, devendo constituir uma ferramenta de gestão corrente.

4.3. INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

A seleção dos indicadores de acompanhamento que integram o sistema de informação decorre da definição de metas e objetivos – quer seja ao nível da gestão global do sistema, quer seja ao nível de atividades/projetos específicos -, a melhor forma de garantir fiabilidade, credibilidade e utilidade ao sistema de indicadores.

O conjunto de indicadores permitirá, ao longo do tempo, de forma periódica ou por solicitação pontual das entidades de acompanhamento e gestão do sistema do Montado, avaliar o seu estado e dinâmicas, na sua globalidade ou para dimensões específicas. Nessa medida, o sistema de indicadores permitirá avaliar, em contínuo, o grau de concretização das metas e objetivos estabelecidas.

A construção de indicadores deverá refletir o conjunto das dimensões que impactam a paisagem cultural, seja os que afetam o sistema agro-silvo-pastoril ou a estrutura de povoamento do território, duas faces do mesmo sistema. A monitorização do sistema do Montado deverá assim ter por base a identificação dos seus elementos e componentes, bem como dos principais fatores que o impactam.

Indicam-se de seguida alguns dos campos e indicadores que podem vir a fazer parte do futuro sistema de monitorização do sistema de Montado.

Dimensões	Temas	Campos de conteúdos	Indicadores	Fontes
Suporte físico e geográfico	Clima	Precipitação	Precipitação média anual (mm)	Atlas do ambiente
		Temperatura	Temperatura máxima média anual (°C)	Atlas do ambiente
	Solos	Tipo de solos	Acidez e alcalinidade dos solos	Atlas do ambiente
		Aptidão dos solos	Solos com capacidade limitada/reduzida	Atlas do ambiente
	Biodiversidade	Estrutura ecológica	Área integrada na estrutura ecológica municipal (%)	Instrumentos de Gestão Territorial
Estrutura do sistema silvo-pastoril	Coberto arbóreo	Espécies arbóreas presentes	Espécie florestal dominante (azinheira ou sobreiro)	IFN6 - Inventário Nacional da Floresta (2010)
		Densidade de ocupação	Grau de cobertura arbórea	IFN6 - Inventário Nacional da Floresta (2010) Inventário nacional de mortalidade de azinheira e sobreiro 2004/2006 (ICAM)
		Estado de conservação do coberto arbóreo	Índice de mortalidade ponderado	Inventário nacional de mortalidade de azinheira e sobreiro 2004/2006 (ICAM)
		"Idade" da paisagem	Estágio de desenvolvimento dos povoamentos	IFN6 - Inventário Nacional da Floresta (2010)
		Sobcoberto	Composição do sobcoberto	IFN6 - Inventário Nacional da Floresta (2010)
		Abates	Nº de árvores abatidas por 100 ha	Direção Regional de Agricultura / Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
		Novas florestações	Área de novas florestações	Direção Regional de Agricultura / Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
	Pastagens	Presença de prados e pastagens	Superfície de prados e pastagens	Recenseamento Geral Agrícola, 2009
		Pastagens melhoradas e culturas forrageiras	Área de pastagens melhoradas e de culturas forrageiras	A definir
	Produção animal	Encabeçamento	Cabeças normais (excluindo suínos)	Recenseamento Geral Agrícola, 2009

Dimensões	Temas	Campos de conteúdos	Indicadores	Fontes	
		Estrutura do efetivo pecuário	Cabeças normais (excluindo suínos), por espécie	Recenseamento Geral Agrícola, 2009	
		Pecuária de suíno em montanha	Nº de porcos de montanha por 100 ha	Estatísticas relativas às economias de transformação	
		Regime das explorações pecuárias	Explorações pecuárias em regime extensivo/intensivo	Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal	
	Outros produtos do bosque	Produção	Volume de produção	Estatísticas relativas às economias de transformação	
	Gestão multifuncional	Protetores	Área com protetores da ação do gado	A definir	
			Usos múltiplos em sistema extensivo	Presença de usos múltiplos em regime de exploração extensiva	A definir
			Dimensão das explorações	Peso das explorações com área igual ou superior a 50 ha	Recenseamento Geral Agrícola, 2009
		Presença humana	Densidade populacional	Recenseamento Geral da População, 2011	
			Índice de envelhecimento da população residente	Recenseamento Geral da População, 2011	
			Idade média do produtor agrícola singular	Recenseamento Geral Agrícola, 2009	
			Idade média da mão de obra agrícola familiar	Recenseamento Geral Agrícola, 2009	
	Saberes tradicionais	Podas e descortiçamento	Práticas de podas e descortiçamento	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI	
		Montanha	Práticas de montanha	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI	
		Pastoreio	Práticas de pastoreio	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI	
		Outras práticas	A definir	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI	

Marcas de um processo histórico	Povoamento/ocupação do território	Estrutura do povoamento	População residente por lugares, segundo a sua dimensão	Recenseamento Geral da População, 2011
		Património cultural imóvel	Imóveis classificado	Inventários do Património Cultural
			Património cultural não classificado	Itinerários e Inventários Temáticos
	Estrutura fundiária	Fragmentação da propriedade	Parcelas segundo a dimensão	Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica
		Dimensão das explorações agrícolas	Peso das explorações com área igual ou superior a 50 ha	Recenseamento Geral Agrícola, 2009
	Direito/Legislação	Quadro regulamentar	Diplomas legais com incidência no sistema do montado	Diário da República
	Organização do trabalho	Património cultural imaterial	A definir	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI
	Vivências sociais	Património cultural imaterial	A definir	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI
Expressões artísticas e culturais (linguagem, saberes/engenhos, literatura...)	Património cultural imaterial	A definir	Inventários do Património Cultural/MatrizPCI	

5. APRESENTAÇÃO JUNTO DE STAKEHOLDERS RELEVANTES



MONTADO

uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À
INSCRIÇÃO NA LISTA DO PATRIMONIO MUNIDAL**

REUNIÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA



Évora, 22 MARÇO 2018



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Évora, Reunião Comissão Executiva



1. Ponto de situação dos trabalhos da Candidatura

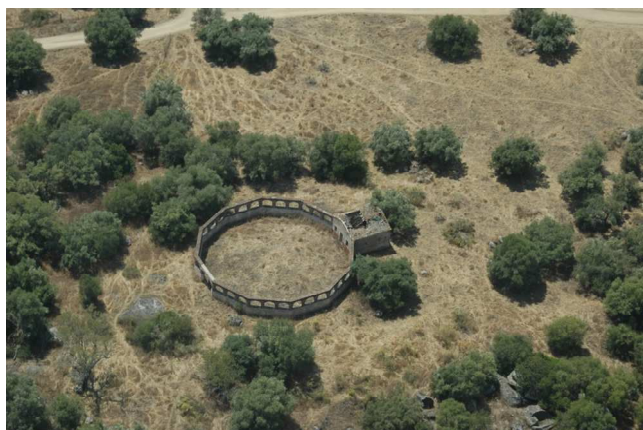
2. Metodologia próximos trabalhos





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



1. Ponto de situação dos trabalhos da Candidatura

- Conteúdos em desenvolvimento
- Declaração de Valor Universal Excecional
- Delimitação
- Análise Comparativa

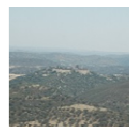


MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

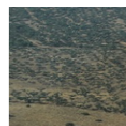
Conteúdos a produzir para o DOSSIER DE CANDIDATURA DESCRIÇÃO DO BEM

I. Suporte físico e geográfico



- Clima
- Solos
- Geomorfologia
- Hidrologia
- Vegetação
- Biodiversidade
- Localização

II. Sistema silvo-pastoril criado pelo homem, por adaptação do bosque mediterrâneo



- Bosque mediterrâneo
 - Cartografia/descrições
- As transformações do bosque mediterrâneo: sistema agro-silvo-pastoril
 - Intervenção do homem/utilização intensiva/sistema multifuncional: arroteias, cereal, cortiça, pastoreio
- Estrutura do sistema silvo-pastoril (agroflorestal)
 - Densidade e estrutura arbórea
 - Pastagens: 1. Pastagens naturais/espontâneas 2. Pastagens melhoradas
 - Produção animal: suínos, raças autóctones, alterações
 - Outros produtos do bosque: mel, cogumelos, PAMC (plantas aromáticas, medicinais e condimentares), caça
 - Externalidades
- Gestão multifuncional: à procura de equilíbrios instáveis
- Saberes tradicionais: podas e descortiçamento, montanha, pastoreio, apicultura, caça, micologia...
- Principais referências ao sistema na literatura (séculos XVII a XX)
- I&D recente (reconhecimento do sistema)





MONTADO
uma Paisagem Cultural

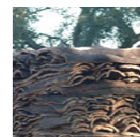
**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Conteúdos a produzir para o DOSSIER DE CANDIDATURA DESCRIÇÃO DO BEM



III - Marcas de um processo histórico

- *Duas hipóteses de abordagem:*
 - *i) Por principais períodos históricos, segundo a relevância para a formação da paisagem e do território;*
 - Períodos históricos a considerar: Presença romano; Presença visigótica; Período islâmico; Reconquista cristã; As ordens militares; Revolução liberal/expansão dos montes
 - *ii) Por dimensões de análise dos sistemas associados a este território e que configuram esta paisagem, analisando-as numa perspetiva da sua evolução histórica*
 - Dimensões a abordar (sublinhar a influência daqueles períodos no sistema atual do montado): Povoamento, Estrutura fundiária, Direito /Legislação, Organização do trabalho, Vivências sociais, Expressões artísticas e culturais (linguagem, saberes/engenhos, literatura...)



IV - Economias de transformação associadas ao sistema silvo-pastoril

- Trigo: das arroteias do séc. XIX às Campanhas do Trigo
- Indústria da Cortiça: Rolha, aglomerados, novos produtos de qualidade
- Porco de montanha: 1. Antes da peste suína africana (1960); 2. Ressurgimento dos transformados do porco; 3. Produtos transformados de qualidade
- Turismo: cinegético, rural, natureza, cultural...
- Mercados do futuro: serviços de ecossistema



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Matriz de conteúdos a desenvolver

	Períodos	Dimensões
Fundamentos	Período romano	<ul style="list-style-type: none">• Direito/Legislação• Estrutura fundiária• Pastorícia-transumância• Povoamento• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, manifestações de PCI, etc.
	Período visigótico	<ul style="list-style-type: none">• Direito/Legislação• Povoamento• Estrutura fundiária• Pastorícia-transumância• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc.



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Matriz de conteúdos a desenvolver

Fundamentos	Período islâmico	<ul style="list-style-type: none">• Pastoreia-transumância• Estrutura fundiária• Povoamento• Direito/Legislação• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc.
	Período da reconquista cristã	<ul style="list-style-type: none">• Povoamento• Estrutura fundiária• Direito/Legislação• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc.
	Período da Restauração da Independência/Descobrimentos	<ul style="list-style-type: none">• Povoamento• Estrutura fundiária• Pastoreia-transumância• Direito/Legislação• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc.



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Matriz de conteúdos a desenvolver

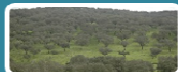
Configuração moderna do montado	Do Marquês de Pombal à Revolução Liberal	<ul style="list-style-type: none">• Povoamento• Estrutura fundiária• Direito/Legislação• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, etc...
Industrialização		<ul style="list-style-type: none">• Povoamento• Estrutura fundiária• Direito/Legislação• Organização do trabalho• Vivências sociais• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, PCI, etc.
Expressões e vivências sociais do Montado		<ul style="list-style-type: none">• Expressões artísticas e culturais: cultura material, língua, literatura, arquitetura, PCI, etc.



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

DECLARAÇÃO DE VALOR UNIVERSAL EXCECIONAL Os Atributos da Paisagem Cultural do Montado



Paisagem amena e diversa que cria sensações de tranquilidade e bem-estar a quem vive e a visita



Sistema biofísico ímpar com condições edafo-climáticas difíceis



Paisagem cultural associada a um sistema de equilíbrio instável, onde a intervenção do homem é o garante da sua manutenção e sustentabilidade



Paisagem criada pelo homem onde este intervém e altera o meio natural sem introduzir elementos construídos



Paisagem viva onde o homem continua a atuar porque dela retira benefícios económicos



Reportório de valores, históricos, culturais e sociais, relevantes para o Mediterrâneo e para a Humanidade, além de reconhecidos pelas comunidades



Elementos estéticos da paisagem: dinâmica e diversidade cromáticas; luminosidade; modelação do terreno e das árvores





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Metodologia de DELIMITAÇÃO da ÁREA

**1º passo: Seleção de
áreas potenciais de
montado**



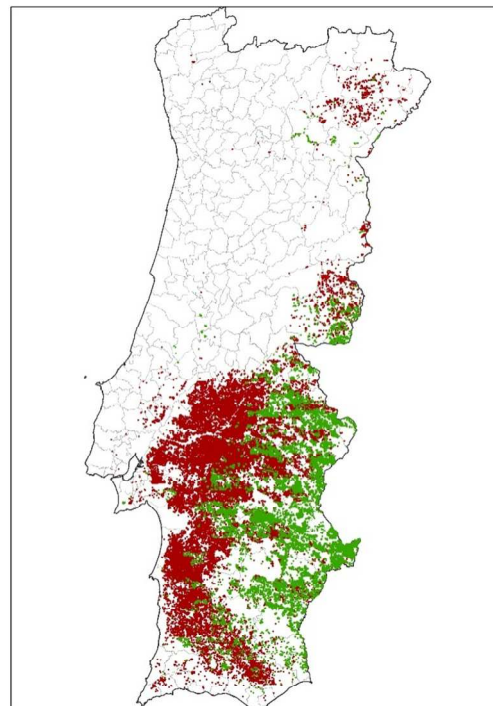
- a) Povoamentos de sobreiro e azinheira (IFN6)
 - b) Sistemas agroflorestais (Corine Land Cover - Classe 244)
 - c) Exclusão de áreas < 5000 ha e/ou menos relevantes
 - d) Identificação de 5 áreas, mais significativas dos diferentes tipos de Montado
- Análise complementar:
Mortalidade
Novos povoamentos





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



- Povoamento de Azinheira
- Povoamento de Sobreiro

Povoamentos de sobreiro e de azinheira

Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010

Inclui povoamentos puros e mistos dominantes
Grau de cobertura > 10%

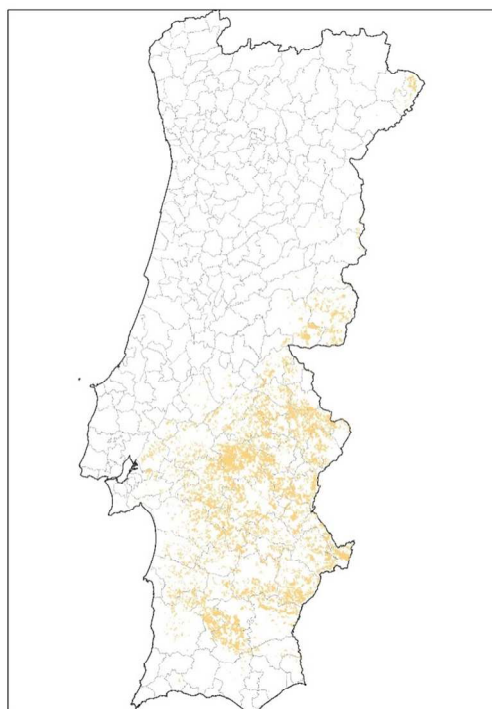




MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL



CLC 244

Sistemas agroflorestais

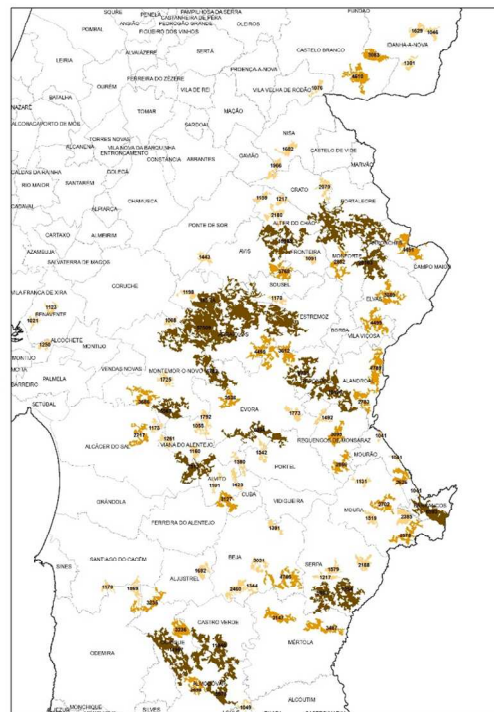
Fonte: Corine Land Cover, 2012





MONTADO
uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL



- [1.000 - 2.500 [ha
- [2.500 - 5.000 [ha
- >= 5.000 ha

Áreas sistemas agroflorestais (CLC 244) por classes de dimensão

Fonte: Corine Land Cover, 2012

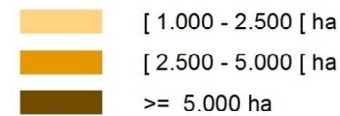
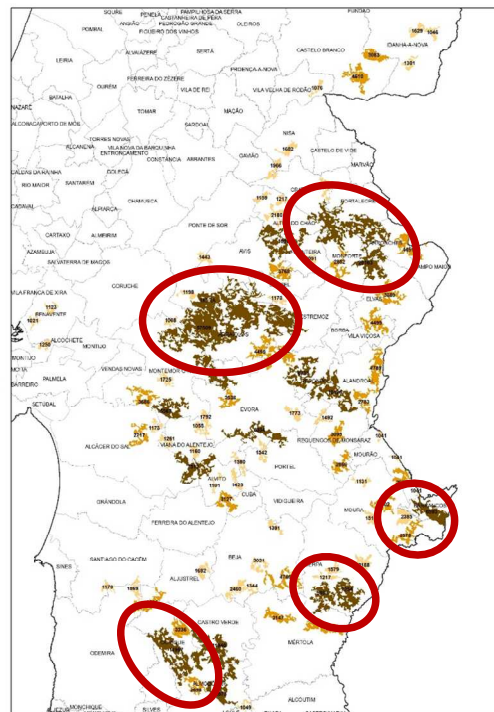




MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL

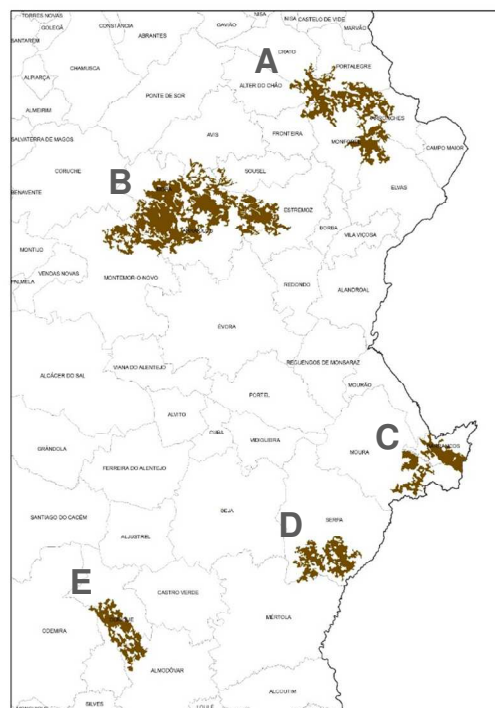


Exclusão de áreas < 5.000 ha

Com exceção de:

- Manchas de menor dimensão que complementam ou ligam as maiores
- Manchas ≥ 5.000 ha dispersas e não distintivas





Identificação de 5 áreas, mais significativas dos diferentes tipos de Montado:

- A.** Povoamentos de sobreiro e azinheira em áreas contíguas, diferenciadas pelos níveis de precipitação
- B.** Povoamentos puros de sobreiro, com produção de cortiça
- C.** Povoamentos puros de azinheira, com produção de porco de montanha
- D.** Povoamentos mistos de sobreiro e azinheira, com forte multifuncionalidade (p. ex. mel e caça)
- E.** Povoamentos mistos de sobreiro e azinheira, com produção de porco de montanha



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



Mortalidade (p. ex. NUTS III Alentejo Central)

Fonte: Inventário Nacional de Mortalidade de Sobreiro
na Fotografia Aérea Digital de 2004/2006, ICAM/UEvora

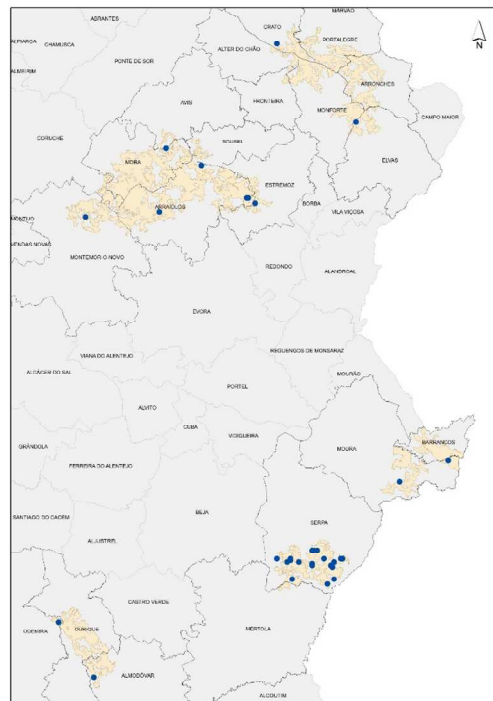
Áreas seleccionadas não correspondem a áreas com elevados índices de mortalidade



MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL



● Povoamentos jovens

Povoamentos jovens

Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010.

Áreas seleccionadas não são significativas
em termos de novos povoamentos





MONTADO
uma Paisagem Cultural

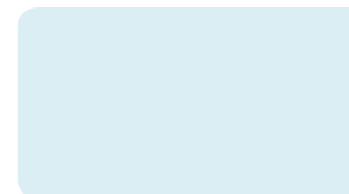
**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Metodologia de DELIMITAÇÃO da ÁREA

**1º passo: Seleção de
áreas potenciais de
montado**



**2º passo:
Caracterização e
diferenciação das 5
áreas potenciais de
montado**



Especificidades dos povoamentos

- a) Povoamentos puros ou mistos
- b) Sob-coberto
- c) Grau de cobertura
- d) Estágio de desenvolvimento

Suporte físico/condições edafoclimáticas

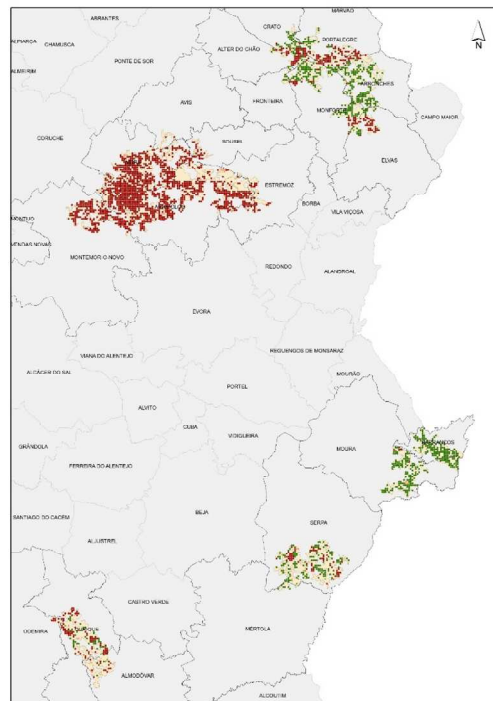
- e) Tipo de solos e acidez/alcalinidade
- f) Precipitação
- g) Hipsometria



MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL



Povoamento de Azinheira

- Puro
- Misto (matos, olival ou sobreiro)
- CLC 244

Povoamento de Sobreiro

- Puro
- Misto (azinheira, eucalipto ou pinheiro-manso)

Povoamentos puros ou mistos

Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010

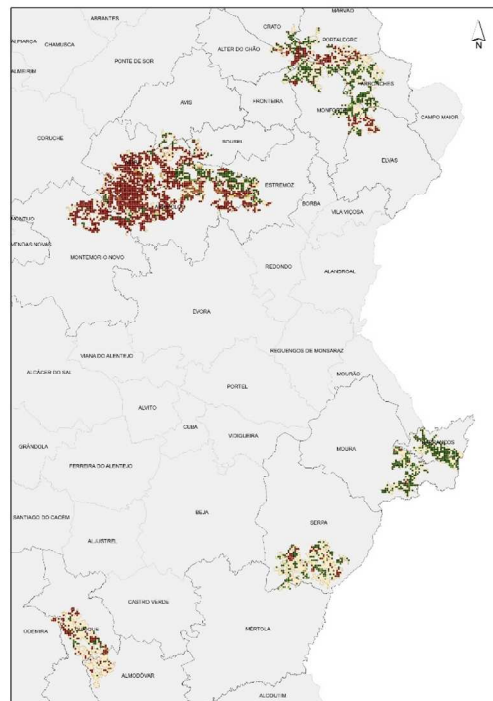




MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL



Povoamento de Azinheira

- Pastagem
- Matos
- Temporária de sequeiro
- Solo nú/folhada
- Não identificável
- CLC 244

Povoamento de Sobreiro

- Pastagem
- Matos
- Temporária de sequeiro
- Solo nú/folhada

Sob-coberto

Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010

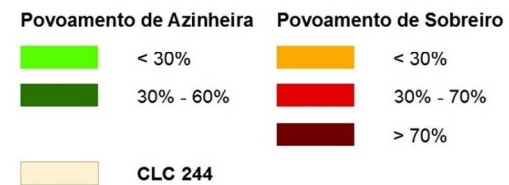
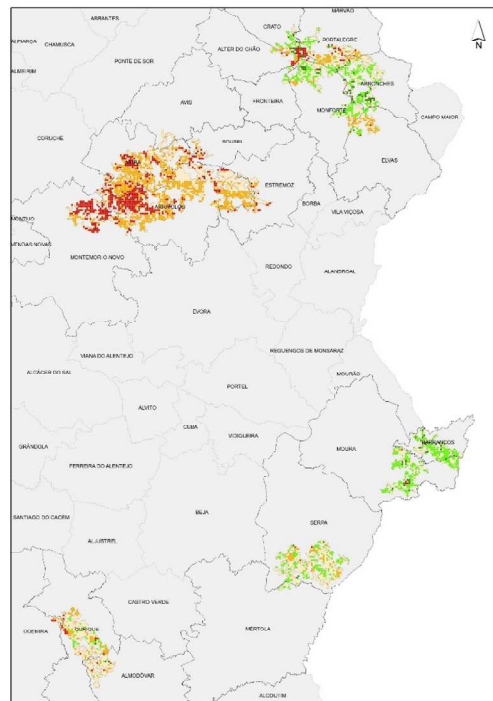




MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL



Grau de cobertura

Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010

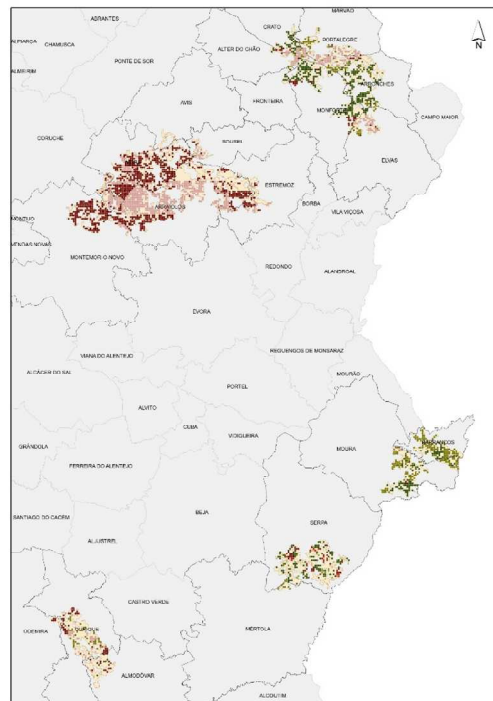




MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL



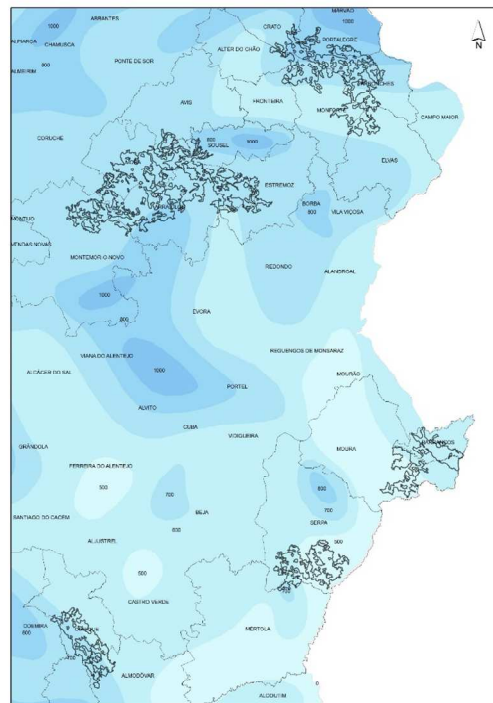
Estágio de desenvolvimento
Fonte: IFN6/Inventário Florestal Nacional, 2010



MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL



Quantidade total (mm)



Precipitação

Fonte: Atlas do Ambiente

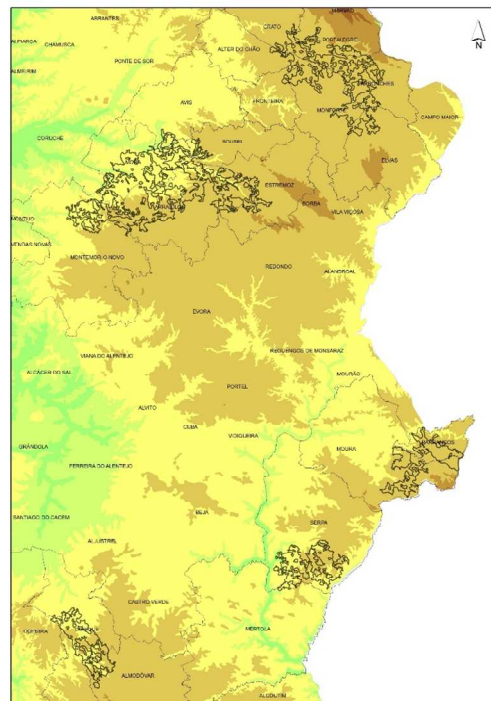




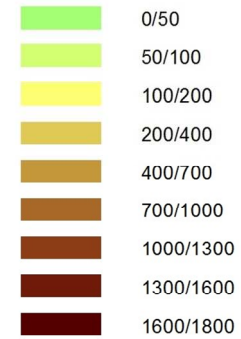
MONTADO

uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL



Altitude (metros)



Hipsometria

Fonte: Atlas do Ambiente





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

Metodologia de DELIMITAÇÃO da ÁREA

**1º passo: Seleção de
áreas potenciais de
montado**



**2º passo:
Caracterização e
diferenciação das 5
áreas potenciais de
montado**



Próximos passos:

Análise de novos parâmetros
para ajustamento dos limites das
5 áreas

- Estrutura da propriedade
- Intrusões de outras espécies florestais
- Intrusões associadas a territórios artificializados
- Outros elementos

Trabalho de campo para definição
final dos limites das 5 áreas





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



ANÁLISE COMPARATIVA - Metodologia global

1º Passo: análise sumária de todos os Bens que se encontram inscritos na Lista do Património Mundial na categoria de Paisagens Culturais e nas Listas Indicativas Nacionais

Atualmente, existem:

- 102 Paisagens Culturais inscritas na Lista de Património Mundial da UNESCO
- 146 (125 + 21) Paisagens Culturais propostas nas Listas Indicativas Nacionais – incluindo, desde 2017, a própria proposta de inscrição nas Listas da UNESCO da Paisagem Cultural do Montado Esta pesquisa foi realizada utilizando as duas línguas oficiais da UNESCO: inglês (cultural landscape) e francês (paysage culturel)

2º Passo: Fundamentação dos critérios de seleção das Paisagens Culturais com vista a esta Análise Comparativa

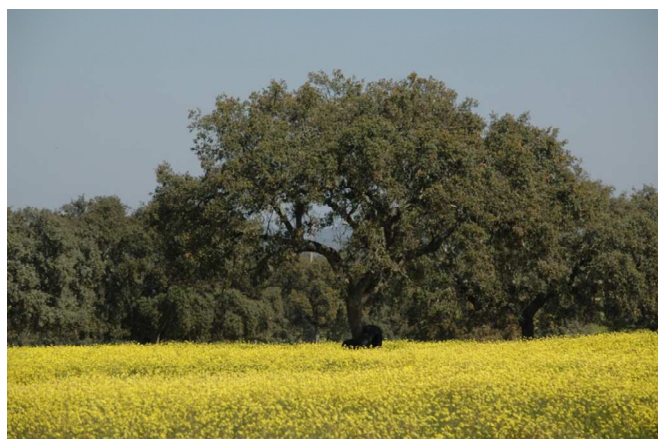
3º Passo: Desenvolvimento da Análise Comparativa do conjunto de casos selecionados





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



2. Metodologia próximos trabalhos





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

METODOLOGIA DE TRABALHO - CANDIDATURA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À LISTA DO	PROPOSTA PARA CLASSIFICAÇÃO DA <i>PCM</i> COMO PATRIMONIO NACIONAL	Preparação do requerimento para iniciar o processo de Classificação do Bem no quadro nacional		Apreciação do requerimento e proposta de abertura de procedimento (60 dias prorogáveis por mais 60)		
		<i>Passos prévios</i>	<i>Preenchimento do Requerimento</i>			
		O BEM ENCONTRA-SE EM "ESTUDO"				
	CALENDÁRIO	MARÇO A MAIO 2018		JUNHO A AGOSTO 2018		
	PROCESSO DE GOVERNANCE DA CANDIDATURA	Comissão Executiva	Reunião - ponto de situação e metodologia			
		DRC Alentejo	Acompanhamento		Responsabilidade da DRCA com a DGPC	
		CM's e CIM's	Reuniões peracionalização dos trabalhos (pos reunião com a CE, se se justificar uma reunião			Apoio na delimitação da ZEPP
		Associações de produtores e de proprietários	Reuniões com para análise de impactos possíveis e para discussão sobre medidas eventuais a negociar no futuro			
		Comunidades	Informação global			
		Membros do governo	Apresentação de MEMORANDO			
CANDIDATURA DA <i>PCM</i> À LISTA DO PATRIMONIO MUNDIAL	Encomendas de textos a peritos sobre componentes de caracterização do Bem			Desenvolvimento dos trabalhos com vista à elaboração do Dossier de candidatura		



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

METODOLOGIA DE TRABALHO - CANDIDATURA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À LISTA DO	PROPOSTA PARA CLASSIFICAÇÃO DA <i>PCM</i> COMO PATRIMONIO NACIONAL	Decisão de abertura do procedimento de classificação	Elaboração do documento instrutório do procedimento de classificação		
		O BEM ENCONTRA-SE EM "VIAS DE CLASSIFICAÇÃO"	<i>Desenvolvimento do DOCUMENTO - Elaboração do documento</i>	Apreciação do requerimento, despacho ou proposta - O procedimento de fixação de ZEP	
			O BEM ENCONTRA-SE EM "VIAS DE CLASSIFICAÇÃO"		
	CALENDÁRIO	.SETEMBRO 2018	OUTUBRO 2018 A ABRIL 2019		
	PROCESSO DE GOVERNANCE DA CANDIDATURA	Comissão Executiva		Validação e aprovação final do Documento instrutório	
		DRC Alentejo	Responsabilidade da DRCA com a DGPC		Responsabilidade da DRCA com a DGPC
		CM's e CIM's	Divulgação da decisão de abertura nas páginas eletrónicas das CM's	Acompanhamento na elaboração de propostas de delimitação de áreas e do Plano de Gestão	
		Associações de produtores e de proprietários Comunidades		Acompanhamento na elaboração de propostas de delimitação de áreas e do Plano de Gestão	
			Ações de divulgação e sensibilização		
		Membros do governo		Validação e eventual negociação de propostas a inserir no Plano de Gestão e do modelo de governação do Bem no âmbito da candidatura à UNESCO	
CANDIDATURA DA <i>PCM</i> À LISTA DO PATRIMONIO MUNDIAL	Preparação do DOCUMENTO DRAFT para enviar para o Comité da UNESCO				



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

METODOLOGIA DE TRABALHO - CANDIDATURA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À LISTA DO	PROPOSTA PARA CLASSIFICAÇÃO DA PCM COMO PATRIMONIO NACIONAL	Classificação		
		<i>Proposta de decisão</i>	<i>Ato de classificação</i>	
		O BEM ENCONTRA-SE EM "VIAS DE CLASSIFICAÇÃO" EM CLASSIFICADO COMO MONUMENTO NACIONAL		
	CALENDÁRIO		MAIO A JUNHO 2019	JULHO A SETEMBRO 2019
	PROCESSO DE GOVERNANCE DA CANDIDATURA	Comissão Executiva	Validação das propostas de documentos draft a enviar ao Comité do Patrimonio Mundial	
		DRC Alentejo	Responsabilidade da DRCA com a DGPC	Responsabilidade da DRCA com a DGPC
		CM's e CIM's	Acompanhamento e colaboração no processo	
		Associações de produtores e de proprietários		
		Comunidades		
	Membros do governo	Ações de divulgação e sensibilização		
CANDIDATURA DA PCM À LISTA DO PATRIMONIO MUNDIAL		Envio ao Comité do patrimonio Mundial do DOCUMENTO DRAFT da Candidatura (Até 30 de Setembro de 2019)		



MONTADO
uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL

PROGRAMA GERAL DE TRABALHOS			CRONOGRAMA									PONTO DE SITUAÇÃO
			4ºT 2017	1ºT 2018	2ºT 2018	3ºT 2018	4ºT 2018	1ºT 2019	2ºT 2019	3ºT 2019	(21MARÇO2018)	
Inventário	Aprofundar o inventário de elementos patrimoniais dentro das áreas de delimitação propostas	Definir a metodologia de inventário									NÃO INICIADO	
		Completar o inventário preliminar já elaborado (identificação)										
		Precisar quadro conceptual e vocabulário técnico										NÃO INICIADO
	Eventual ajustamento das áreas de delimitação propostas Completar e concluir o Inventário	Análise, avaliação e diagnóstico dos elementos e componentes culturais e naturais										
		Identificação de eventuais lacunas ou excessos dentro das áreas delimitadas em relação com os elementos patrimoniais presentes										
		Classificação e catalogação dos elementos e componentes culturais e naturais										
Análise comparativa	Avaliação do estudo de análise comparativa já elaborado Revisão da Análise comparativa	Identificação e seleção de evidências que fundamentem Autenticidade e Integridade do Bem										
		Redefinir, em face de novos desenvolvimento do trabalho, a seleção de bens/ paisagens culturais com os quais comparar.									EM CURSO	
		Desenvolvimento da recolha de informação e do trabalho de sistematização da análise comparativa									EM CURSO	
Avaliação do estado de conservação do Bem	Análise e levantamento de informação no terreno	Discussão das conclusões com peritos /especialistas										
		Revisão final para inserção no Dossier de Candidatura										
		Definir a metodologia global da avaliação do estado de conservação										
		Completar o levantamento e a análise de informação recente disponível em fontes institucionais										
	Elaboração de propostas	Caracterizar os factores de risco e de degradação do sistema do Montado e mapear as suas incidências mais representativas nas áreas delimitadas										
	Observação no terreno de situações específicas e representativas das tipologias de paisagem cultural do Montado e dos fatores de vulnerabilidade e risco da sustentabilidade desta paisagem cultural											
	Identificação no território (preferencialmente dentro das áreas delimitadas) de estruturas e espaços com potencial especial de configurar futuros centros de interpretação e de acolhimento de visitantes											



MONTADO
uma Paisagem Cultural

CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE PATRIMÓNIO MUNDIAL

PROGRAMA GERAL DE TRABALHOS			CRONOGRAMA									PONTO DE SITUAÇÃO
			4ºT 2017	1ºT 2018	2ºT 2018	3ºT 2018	4ºT 2018	1ºT 2019	2ºT 2019	3ºT 2019	(21MARÇO2018)	
Classificação da Paisagem Cultural do Montado como PATRIMÓNIO NACIONAL	Preparação do requerimento para iniciar o processo de Classificação do Bem no quadro nacional	Proposta de delimitação das áreas para requerimento inicial									EM CURSO	
		Levantamento e análise do cadastro nas áreas - consulta de DG										
		Identificação de conjunto de restrições e de possibilidades de vantagens / medidas de incentivo a negociar									EM CURSO	
		Análise de outras candidaturas e processos: sistelo, DRCN e CM de Arcos de Valdevez									EM CURSO	
		Preenchimento do Requerimento										
		Verificação dos elementos e análise da pertinência - Responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural										
		Elaboração da proposta de abertura do procedimento de classificação - Responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural										
		Responsabilidade da Direção Geral do Património Cultural										
		Desenvolvimento do DOCUMENTO - Elaboração do documento instrutório do procedimento de classificação (com proposta de categoria e de graduação do bem), podendo incluir proposta de ZEP.										
		Apreciação do requerimento, despacho ou proposta - O procedimento de fixação de ZEP (quando não instruído em simultâneo com o procedimento de classificação) deve ser concluído no prazo geral de 18 meses após a publicação do diploma de classificação.										
	Parecer da SPAA e do CNC - Os processos são sujeitos a parecer da Secção do Património Arqueológico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (órgão consultivo).											
	Projeto de decisão - Elaboração do projeto de decisão de classificação como monumento nacional e de fixação da respetiva ZEP (ou de arquivamento).											
	Proposta de Decisão	Envio de anúncio com a proposta de decisão para o Diário da República.										
	Ato de classificação	Proposta de Decisão Final é enviada à tutela, que decide publicar o diploma. A publicação da decisão final da classificação de bens de interesse nacional (MN) reveste a forma de Decreto e é promovida pelo Conselho de Ministros, após promulgação do PR.										





MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

PROGRAMA GERAL DE TRABALHOS			CRONOGRAMA									PONTO DE SITUAÇÃO
			4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT		
			2017	2018	2018	2018	2018	2019	2019	2019		
Plano de gestão e monitorização do Bem	Avaliação dos elementos já trabalhados do Plano de gestão Definir e validar um metodologia participativa para a elaboração do Plano de Gestão										EM CURSO	
	Revisão do quadro já elaborado em termos legislativos, regulamentares e normativos Realizar trabalhos com vista a harmonização em matérias legislativas e regulamentares										NÃO INICIADO	
	Desenvolver trabalhos com vista a traçar o quadro de modelo global de gestão Metodologias participativas: envolvimnto de stakeholders, proprietários, etc.											
	Concluir a proposta de Plano de gestão e de monitorização											
Dossier de Candidatura final	Preparação da proposta final de dossier de candidatura Avaliação dos trabalhos já elaborados e identificação de potenciais lacunas										COMPLETO	
	Elaboração de índice e estrutura de contributos a solicitar e elaborar										COMPLETO	
	Elaboração e solicitação de contributos científicos e técnicos com vista ao preenchimento do índice para o Dossier										EM CURSO	
	Validação com a CN da UNESCO										EM CURSO	
	Elaboração do dossier draft de candidatura Apresentação ao Comité da UNESCO para apreciação											
	Elaboração do Dossier final Produção de materiais de edição digital											
	Edição dossier final de Candidatura											



MONTADO
uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**

PROGRAMA GERAL DE TRABALHOS - ABRIL E MAIO DE 2018			
Classificação da Paisagem Cultural do Montado como PATRIMÓNIO NACIONAL			
1º PASSO - Preparação do requerimento para iniciar o processo de Classificação do Bem no Lei do		METODOLOGIAS	
Índice do requerimento		Análise de outras candidaturas e processos: sistelo, DRCN e CM de Arcos de Valdevez	
1. Identificação (Designação, Localização...)	A retirar dos trabalhos já elaborados		Trabalho da equipa técnica
2. Caracterização (Função Original, Função Atual, Enquadramento, Descrição Geral, Estado de Conservação; Espólio...)	Em parte já existem elementos para descrição e caracterização da paisagem cultural; A completar em termos do estado de conservação e do espólio	Elaborar a Proposta de delimitação das áreas para requerimento inicial; Fazer um levantamento mais aprofundado do estado de conservação e dos espólios (património cultural, natural e imaterial associado)	Reuniões com CM's, JF's e com Associações representativas dos proprietários; Trabalho da equipa técnica
3. Situação da propriedade (obrigatório apenas quando o proponente for o proprietário)	Avaliar a pertinência ou não de incluir este ponto, com o levantamento cadastral das áreas que vierem a ser delimitadas, ou a adiar esta componente para a fase de elaboração do documento instrutório	O trabalho de sensibilização e informação sobre os processos de candidatura, ao Património Nacional e à Lista de Património Mundial, exigem uma metodologia de interação com agentes no território e participada	
4. Observações (Intervenções previstas, Pessoas/entidades que possam dar informações, Restrições à divulgação da informação...)	A elaborar	Identificação de conjunto de restrições e de possibilidades de vantagens / medidas de incentivo a negociar	Trabalho da equipa técnica com eventual discussão com órgãos de tutela
5. Outras Proteções (Classificação, ZEP, IGT...)	Já existem elementos que devem ser completados	Levantamento de informação e sua sistematização	Trabalho da equipa técnica
6. Caracterização histórico-artística (Época(s) construtiva(s), Síntese histórica:	A retirar dos trabalhos já elaborados e a completar se for necessário (embora o aprofundamento destas dimensões esteja dependente dos contributos científicos a	Análise, recolha e tratamento de informação; Redação de documento	Trabalho da equipa técnica
7. Caracterização arquitetónica	A elaborar		
8. Caracterização arqueológica	A elaborar		
9. Bibliografia	Já existe uma resenha bibliográfica extensa		
10. Elementos cartográficos e fotográficos	Já existem elementos cartográficos e fotográficos, que podem no entanto ter de ser completados	Completar elementos cartográficos com áreas a submeter	Trabalho de cartografia
11. Identificação do proponente	já existe		



MONTADO

uma Paisagem Cultural

**CANDIDATURA DA PAISAGEM CULTURAL
DO MONTADO À INSCRIÇÃO NA LISTA DE
PATRIMÓNIO MUNDIAL**



Muito obrigado!



ANEXO - FONTES DE INFORMAÇÃO

As listas que se apresentam, relativas às diferentes tipologias de fontes de informação bibliográfica (fontes de arquivo, bibliografia geral, legislação e instrumentos de política e gestão territorial e setorial), encontram-se em contínua atualização. Uma versão revista e atualizada será apresentada no relatório final.

A) FONTES DE ARQUIVOS

Mapas de Montados (1852-1854), Arquivo do Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral do Comércio, Agricultura e Manufacturas, Repartição de Agricultura 3ª secção (cota DGCAM-RA 3S 1).

B) BIBLIOGRAFIA GERAL

AAVV, Arquitectura Popular em Portugal, Vol III (Alentejo e Algarve), Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961.

AAVV, Olhar o monte alentejano a pretexto de Alqueva, Colecção Museu da Luz nº 3, Museu da Luz/EDIA, Beja, 2007.

ABAD, L. Ruiz; SÁEZ, A. Paz (1995), El cerdo ibérico y sus productos. Madrid: Univ. Complutense de Madrid

ACÁCIO, Vanda (2009), Dynamics of cork oak systems in Portugal: the role of ecological and land use factors. Faro: Universidade do Algarve.

AGUIAR, José (2007), “Paisagem Cultural: Um Conceito em (Re)Evolução”, in Colóquio “Património Paisagístico – os caminhos da transversalidade”, Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas, 12 de Outubro. Disponível on-line em: <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf>

ALMEIDA, Maria Helena; NUNES, Ana Margarida; CORREIA, António; PATRÍCIO, Maria do Sameiro; CARVALHO, Maria Augusta; VARELA, Maria Carolina; MONTEIRO, Maria do Loreto (2009), O contributo da origem e das práticas silvícolas na sustentabilidade dos montados de sobro. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/3606>

ALVES, F. M. (1910): Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança, Bragança, Edição Câmara Municipal de Bragança/ Instituto Português dos Museus – Museu Abade de Baçal, 2000.

AMARAL, Luciano (1994), «Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)», in *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 4, pp. 889-906.

AMARAL, Luciano (1996), “Política económica: o Estado Novo, os latifundiários alentejanos e os antecedentes da EPAC”, in *Análise Social*, vol. XXXI, nº 2-3, pp. 465-486.

AYANZ, Alfonso San Miguel (1994), La dehesa española: origen, tipología, características y gestión. Sevilla: Univ. de Sevilla.

BAPTISTA, Fernando Oliveira (1993), A Política Agrária do Estado Novo, Porto, Edições Afrontamento.

BARRETO, António (1987), Anatomia de uma Revolução. A Reforma Agrária em Portugal 1974-1976, Lisboa, Publicações Europa-América.

BARROS, Afonso de (1986), *Do Latifundismo à Reforma Agrária. O caso de uma Freguesia do Baixo Alentejo, Oeiras*, Instituto Gulbenkian de Ciência.

BARROS, Afonso de (coord.) (1980), *A Agricultura Latifundiária na Península Ibérica*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência

BARROS, Afonso de, e MENDES, Fernando Ribeiro (1983), «Formas de produção e estatutos do trabalho na agricultura portuguesa», in *Análise Social*, vol. XIX, n.º 75, pp. 57-78.

BARROS, Henrique de (1934), *A População e o Trabalho Agrícolas na Freguesia de Cuba*, boletim n.º 11, série A, Lisboa, Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas do Ministério da Agricultura.

BELLIDO, Manuel Martín (1985), *Influencia de ciertos factores ambientales sobre la productividad del ganado vacuno retinto en la dehesa*. Sevilha: Univ. de Sevilha.

BELO, C. Carmona; COELHO, I. Seita; ROLO, J.; REIS, P. (2014): “Sistemas agroflorestais em Portugal Continental. Parte II: montados, condições de uso do solo e evolução”, in *Revista de Ciências Agrárias*, Vol. 37 (2), SCAP, 2014, Lisboa, pp. 122 – 130.

BELO, C. Carmona; PEREIRA, M. Silva; MOREIRA, A. Cristina.; COELHO, I. Seita; ONOFRE, Nuno e PAULO, A. Ambrósio (2009), “Montado” in *Ecossistemas e Bem-Estar Humano. Avaliação para Portugal do Millennium Ecosystem Assessment*, Escolar Editora, 2009, pp.251-293. Disponível on-line em: http://home.uni-leipzig.de/idiv/ecossistemas/ficheiros/livro/Capitulo_8.pdf

BELO, C. C.; PEREIRA, M. S.; MOREIRA, A. C.; COELHO, I. S.; ONOFRE, N.; PAULO, Ana Ambrósio (2009), *Montado*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém.

BENTO, Carlos Buxadé (2008), *O perigo da possível fagocitose do porco alentejano pelo próprio porco alentejano*. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

BERNARDO, Henrique de Barros (1946), “A indústria corticeira em Portugal” *Economia e Finanças*, XIV, PP 117-253.

BERNARDO, Henrique de Barros (1948), “O comércio externo da cortiça nos séculos XVIII e XIX (1797-1831)”, Lisboa Empresa Nacional de Publicidade.

BERNARDO, Henrique de Barros. (1944), “Do estado actual da indústria corticeira. Em torno da industrialização”, *Boletim da Junta Nacional da Cortiça*, 65, 67, 68, 70, 73 e 74.

BORGES, Paulo Jorge de Almeida (2010), *Modelos e sistemas de decisão em análise de cenários florestais no Alentejo*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10451/5955>

BRAS, Maria Manuela Pita Lopes (2007), *Intoxicações por fitotoxinas em animais de produção, ocorrência em zona de montado*. Vila Real: UTAD.

CALDAS, Costa (1903), “Sobre coisas de Serpa – o porco”, In *A Tradição*, Ed. Câmara Municipal de Serpa. Ano V, nº 10 vol. V, p. 145-162; Ano V, nº 11, vol. V. p. 101-168, 1982.

CALDAS, Eugénio de Castro (1960), *Modernização da Agricultura*, Lisboa, Livraria Sá da Costa.

CALDAS, Eugénio de Castro (1978), *A Agricultura portuguesa no Limiar da Reforma Agrária*, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

CAMPOS PALACIN, P. (2005): La renta ambiental en las dehesas de producción de ganado de lidia. Revista del Instituto de Estudios Economicos 3: 141-161.

CAMPOS, E. (1943): O Enquadramento Geo-Económico da População Portuguesa Através dos Séculos. Ed. Ocidente. Lisboa.

CAMPOS, Marta Morais (2003), Instalação de um ensaio para estudo do efeito da condução do sub-bosque no calibre e qualidade da cortiça. AFN.

CANDEIAS, Marco Aurélio (2004), Caracterização do montado de azinho na área do Parque Natural do Vale do Guadiana. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

CANTIZANO, Rafael (2007), El cerdo ibérico: sabor de la dehesa. Sevilha: Universidade de Sevilha.

CAPOTE, Cecilio José Barba (1999), Caracterización productiva de las variedades del cerdo ibérico como base para su conservación. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

CARMO, Mário A. do (1988), A Cortiça. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

CARMO, Renato Miguel do (2005), Alentejo: entre a Urbanização e a Marginalização, tese de doutoramento, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

CARMO, Renato Miguel do (2007), As desigualdades sociais nos campos: o Alentejo entre as décadas de 30 e 60 do século XX, *Análise Social*, vol. XLII (184), pp. 811-835

CARMO, Renato Miguel do (2007), De Aldeia a Subúrbio: Trinta anos de uma comunidade Alentejana, Lisboa, Imprensa da Ciências Sociais.

CARRICO, Sílvia Maria da Rocha Simões (1997), Estudo da composição química, estrutura celular e dos componentes voláteis da cortiça de *Quercus suber* L.: em função de ataques microbiológicos: em função do processo de autoclavagem. Vila Real: UTAD.

CARVALHO, António Jorge Paes de (1990), O porco alentejano de montanha. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

CARVALHO, E. F. F. N. (1870): O passado, o presente e o futuro dos montados. Estudo económico - agrícola no distrito de Beja, Lisboa, Instituto Geral de Agricultura, Dissertação Inaugural.

CASADO, Susana (1991), El bosque mediterráneo : encinares, alcornoques, quejigares. Sevilha: Univ. de Sevilha.

CASTRO, Frederico Cancela de Abreu de Melo e (2009), Efeito dos taninos da bolota na digestibilidade da proteína bruta de dietas de porcos alentejanos de montanha. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1058>

CASTRO, Marina (2008), Silvopastoral systems in Portugal: current status and future prospects. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/4356>

CENDRERO, Julián Hontanilla (2000), La Dehesa de los Guadalupe: historia de un espacio socioeconómico extremeño. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

CHARCO, Jesús (1999), El bosque mediterráneo : biodiversidad y lucha contra la diversificación. Sevilha: Univ. de Sevilha.

COELHO, I. Seita (2000), Condicionismos socioeconómicos da evolução dos montados no século XX. AFN.

COELHO, I. Seita (2000): "Proprietários e Mercado da Terra nas Regiões de Montado. O Caso do Concelho de Santiago do Cacém", in *Silva Lusitana*, Vol. 8 (1), EFN, 2000, Lisboa, pp. 61 - 74

COELHO, I. Seita (2005), "A contemporaneidade do montado Português. Origens, dinâmicas e perspectivas", in *Preactes. Congrès Internacional Suberes, Fábriques I Comerciants, Passat, Present i Futur del Negoci Surer, Palafrugell, 16/18 de Fevereiro* (CD).

COELHO, I. Seita (2005): "Cork oak woodlands raw material producers for industry: historical survey", *SUBERWOOD 2005 Conference*, Huelva.

COELHO, I. Seita (2007) "A silvopastorícia, uma perspectiva histórica" in *Os Montados, Coleção Árvores de Portugal*, ed. FLAD e LPN, 2007, Lisboa. pp 177-209.

COELHO, I. Seita (2010): "Economia da montanha, multifuncionalidade dos sistemas e sustentabilidade dos montados" in *Pastos: Fuente Natural de Energia*, 4ª Reunião ibérica de pastagens e forragens, 3-6 Maio 2010, Zamora-Miranda do Douro, pp 543-548.

COELHO, I. Seita (coord.). (2003): *O montado da charneca da Companhia das Lezírias: estado actual, perspectivas de fomento e de conservação*. Lisboa, INIAP.

COELHO, I. Seita e CAMPOS, P. (2009): "Mixed Cork Oak-Stone Pine Woodlands in the Alentejo Region of Portugal" Chapter 13 do livro *Cork oak Woodlands on the Edge: Ecology, Adaptive Management, and Restoration*, James Aronson, João S. Pereira, and Juli G. Pausas Edits, Island Press, 2009 pp 153-161

COELHO, I. Seita e LEITÃO, Maria. M. (2013): *Montados Systems Sustainability: Landowners, Activities and Practices in Alentejo, Portugal*", in *Silva Lusitana*, Vol. 21 (2), EFN, 2013, Lisboa, pp. 163 - 177

COELHO, I. Seita (1994): "Economia do montado I. Gestão Patrimonial - Gestão Multifuncional", *Silva Lusitana* 2(1), pp. 69-83.

COELHO, João (2003), *Porco alentejano: qualidade e características*. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

COLMEIRO, Miguel (1854), *Examen de las encinas y demás árboles de la Península que producen bellotas: con la designación de los que se llaman mestos*. Sevilha: Univ. de Sevilha.

CONDE DE FICALHO (1899): "O elemento árabe na linguagem dos pastores alentejanos", in *A Tradição*, Ed. Câmara Municipal de Serpa, Serpa, 1982.

CONSELHO DA EUROPA (2000) *Convenção Europeia da Paisagem*. Disponível on-line em: http://www.assembly.coe.int/ASP/Doc/DocListingDetails_E.asp?DocID=9215

CORDEIRO, Nereida Maria Abano (1998), *Fracionamento da cortiça e caracterização dos seus componentes: estudo de possibilidades de valorização da suberina*. Vila Real: UTAD.

CORRALES, Eduardo Alvarado (1981), *El corcho y el alcornoque en Cáceres*. Granada: Universidade de Granada.

CORREIA, C. (1973), *O sobreiro*. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

CORREIA, Teresa Pinto (1993), "Threatened landscape in Alentejo, Portugal: the 'montado' and other 'agro-silvo-pastoral' systems", in *Landscape and Urban Planning*, Volume 24, Issues 1-4, pp. 43-48

CORREIA, Teresa Pinto e MASCARENHAS, José (1999), "Contribution to the extensification/intensification debate: new trends in the Portuguese montado", in *Landscape and Urban Planning*, Volume 46, Issues 1-3, pp.125-131

CORREIA, Teresa Pinto (2011), As diferentes funcionalidades dos Montados nas Políticas Europeias: caso da Política Agrícola Comum (PAC). Évora: Universidade de Évora. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10174/3632>

CORREIA, Teresa Pinto (2011), O Montado multifuncional: como é valorizado?, apresentação no Seminário As diferentes funcionalidades dos Montados nas Políticas Europeias: caso da Política Agrícola Comum (PAC), Feira de Portel. Disponível on-line em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3632/3/Apresenta%c3%a7%c3%a3o%20Portel%202011%20Pinto-Correia.pdf>

COSTA, J. J. A. (1996): O termo de Castro Verde. Um contributo para a sua história. Vol. I e II, Castro Verde, Câmara Municipal de Castro Verde, Somincor.

COSTA, Miguel Reimão Lopes da, Casas e montes da Serra entre as extremas do Alentejo e do Algarve. Forma, processo e escala no estudo da arquitectura vernacular. Dissertação de Doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, 2008, (publicada pela Afrontamento, 2014). Disponível on-line em: https://www.academia.edu/11395413/Casas_e_montes_da_serra_entre_as_extremas_do_Alentejo_e_do_Algarve._Forma_processo_e_escala_no_estudo_da_arquitetura_vernacular

CUTILEIRO, José (1977): Ricos e Pobres no Alentejo, Lisboa: Sá da Costa Editora.

D'ANDRADE, A. (1986), Aglomerados de cortiça: transmissão de vapor de água. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

DÍAZ, Antonio Pérez (1988), Cambios y problemática en la dehesa : (el suroeste de Badajoz). Sevilha: Univ. de Sevilha.

DÍAZ-AMBRONA, Carlos G. Hernández (1998), La dehesa: aprovechamiento sostenible de los recursos naturales. Sevilha: Univ. de Sevilha.

DOÑA, Vicente Jurado (2006), El bosque mediterráneo. Sevilha: Univ. de Sevilha.

EIRA, Maria Alexandrina Penelas da (1999), Crescimento e densidade da cortiça: análise microdensitométrica das componentes da densidade e crescimento da cortiça. Vila Real: UTAD.

ENCARNAÇÃO, Maria de Fátima Carixas da (2003), Especificidade do abate do porco alentejano. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

FACHADA, Ivone (2006), Estudo da adaptabilidade da Quercus suber L. no Nordeste Transmontano. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/1039>

FARINHA, Noémia do Céu; SANTOS, Rute; RIBEIRO, Graça; BARRADAS, Ana; BENTO, Pedro (2005), Alimentação do Porco Alentejano para produção de Carne Fresca. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

FEIO, M. (1998): A evolução da agricultura do Alentejo meridional, Lisboa: Colibri

FERNANDES, Cristina Maria Santos (1999), Caracterização da indústria corticeira e modelação do peso da cortiça no Nordeste Transmontano. Vila Real: UTAD.

FERNANDES, Luís; FREITAS, Amadeu; ABREU, Manuel Cancela de (2008), Evolução dos sistemas de produção de porco Alentejano e efeitos do aumento de preço dos alimentos compostos na viabilidade económica da atividade. Évora: Universidade de Évora. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10174/3850>

FERREIRA, Denise de Brum (2001), "Evolução da Paisagem de Montado no Alentejo Interior ao longo do século XX: Dinâmica e incidências ambientais", in Finisterra, XXXVI, 72, pp. 179-193. Disponível on-line em: http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2001-72/72_16.pdf

FERREIRA, Tiago Miguel de Lima (2008), Produção de suínos de raça Alentejana em sistema intensivo até ao final da pré-engorda. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/883>

FIERRO, Alexandro B. Leverkus (2009), Regeneración del bosque mediterráneo después del incendio : depredación post-dispersiva de bellotas de "Quercus ilex". Granada: Universidade de Granada.

FLORES, Alexandre M. (2003), Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário. Évora: Biblioteca pública de Évora.

FONSECA, Ana (2004), O montado no Alentejo: (séculos XV a XVIII). Évora: Biblioteca pública de Évora.

FONSECA, Hélder Adegar (1996), Alentejo no Século XIX. Economia e Atitudes Económicas, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

FONSECA, Hélder Adegar, e SANTOS, Rui (2001), «Três séculos de mudanças no sector agrário alentejano: a região de Évora nos séculos XVII a XIX», in Ler História, n.º 40, pp. 367-404.

FONSECA, T. (2002). Absolutismo e Municipalismo. Évora 1750-1820, Ed. Colibri

FONTANILLAS, Celia B. Fernández; ÁLVAREZ, J. Ramón Guzmán; TABERNEIRO, Pilar San Miguel (2006), La Dehesa. Sevilla: Univ. de Sevilla.

FORTES, Manuel Amaral (2004), A Cortiça. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

FRAGOSO Rui; LUCAS, Raquel (2007), Avaliação da competitividade da agricultura do Alentejo no âmbito do ecossistema montado. Évora: Universidade de Évora / ICAM.

FRAGOSO, Liliana Caeiro, A paisagem, as aldeias e os montes de Vila Ruiva e Vila Alva, Dissertação de Mestrado, Arquitetura Paisagista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade do Algarve, 2016. Disponível on-line em: <http://sapientia.ualg.pt/handle/10400.1/8616>

FRAZÃO, Teófilo Lopes (1984), O porco alentejano melhorado. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

FREIRE, Emília; OITAVEM, David (2007), Cortiça e montado: amigos do ambiente. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

FREITAS, Amadeu Borges (2006), ALIMENTAÇÃO EM REGIME EXTENSIVO: Raça Suína Alentejana. Évora: Universidade de Évora, ICAM, Deptº de Zootecnia.

FREITAS, Amadeu Borges (2011). A raça suína alentejana e a valorização dos montados, in O Segredo da Terra- revista de agricultura biológica, nº32. pp. 14-16. Disponível on-line em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/3627/1/A%20RA%c3%87A%20SU%c3%8dNA%20ALENTEJANA%20E%20A%20VALORIZA%c3%87%c3%83O%20DOS%20MONTADOS.pdf>

FREITAS, Amadeu Borges (2011b), Porco alentejano de montanha. Évora: Universidade de Évora. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10174/3626>

FREITAS, Amadeu Borges (s/d), PASSADO, PRESENTE E FUTURO DA RAÇA SUÍNA ALENTEJANA. Évora: Universidade de Évora, ICAM, Deptº de Zootecnia.

FREITAS, Davide Manuel da Silva Diogo (2010), As vantagens competitivas do setor da cortiça em Portugal. Evolução de 1994 a 2003, Dissertação de Mestrado em Engenharia Agronómica - Economia Agrária e Gestão do Território - Instituto Superior de Agronomia. Disponível on-line em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2529>

GARCIA, A. (1948): Santo António do Couso. Estudo Monográfico, Lisboa, Edições Gama.

GARCÍA, Antonio (2008), Explotación comercial e industrial del corcho en la provincia de Badajoz. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

GARCÍA, Jesús Charco (Coord.) (2002), La regeneración natural del bosque mediterráneo en la Península Ibérica: evaluación de problemas y propuestas de soluciones. Asociación para la Recuperación el Bosque Autóctono, Madrid.

GARCÍA, Manuel Estévez (2008), Influencia de fatores ambientais sobre la viabilidad de la incubación en avestruces explotados en condiciones de dehesa andaluza. Sevilha: Univ. de Sevilha.

GIL, Luís (1998), Cortiça : produção, tecnologia e aplicação. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

GIL, Luís (2004), Cortiça: da árvore aos produtos finais. Évora: Biblioteca pública de Évora.

GIRALDO, Juan de Dios Vargas; TOVAR, Miguel Ángel Aparicio (2000), El cerdo ibérico en la dehesa extremeña : análisis técnico y económico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

GODINHO, Maria Virgínia Louro Moura (1997), Avaliação de determinismos fenotípicos de crescimento e qualidade da cortiça. Vila Real: UTAD.

GOLDMAN-RAKIE, Patricia S. (1987), Development of cortical circuitry and cognitive function. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

GONÇALVES, Rui Rodrigues (2007), Elaboração e acompanhamento de um projeto florestal para recuperação de um montado de sobre degradado. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

GONZÁLEZ, G. Montero (2003), El alcornoque (*Quercus suber* L.): manual de reforestación y cultivo. Granada: Universidade de Granada.

GOUVEIA, Paulo Jorge dos Santos (2006), Rejuvenescimento do montado de sobre nos Concelhos de Grândola e Santiago do Cacém. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

GUERREIRO, A. M. (1987): Colos. Alentejo, Elementos monográficos, Odemira, Câmara Municipal de Odemira.

GUERREIRO, Manuel Gomes (s/d), Previsão do peso da cortiça explorável de um montado. Faro: Universidade do Algarve.

HERCULANO, H. (1846-1853): História de Portugal, Tomo VIII (livro VIII: 3ª parte), Paris- Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand.

HERNÁNDEZ, José Benito (1997), Explotación del cerdo ibérico : la montanera. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

HERREROS, Manuel Breton de los (1999), El pelo de la dehesa. Sevilha: Univ. de Sevilha.

IBAÑEZ, J. J.; RECUERO, M. A.; VICENTE, Y. A. (s/d), Propuesta de ordenamiento de los agrosistemas de dehesa en la Península Ibérica.

IGLESIAS, Francisco Javier Soria (1992), Estudios biológicos sobre *Coroebus undatus* (Fabricius) y *Coroebus florentinus* (Herbst)(Coleoptera, Buprestidae) en alcornocales de Andalucía Occidental. Granada: Universidade de Granada.

JESUS, P. A. C. (2002): Modelos emergentes de utilização sustentável dos recursos em sistemas agroflorestais Mediterrâneos. Estudo do turismo rural no concelho de Mértola, Lisboa, Relatório de fim de curso, Instituto Superior de Agronomia.

JOFFRE, R.; Hubert, B.; Meuret, M. (1991): Les systèmes agro-silvo-pastoraux méditerranées: enjeux et réflexions pour une gestion raisonnée, Paris, Dossier MAB, Unesco.

JOVITA, María del Mar Rodríguez (1996), Evaluación tecnológica y sanitaria de las micrococáceas en la maduración del jamón de cerdo ibérico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

LANÇA, J. M. P. G. (1997): Análise Económica de um Grupo de Explorações com Uso Múltiplo do Território - Agropecuário e Cinegético, Lisboa, Relatório de fim de curso, Instituto Superior de Agronomia.

LEÃO, D. N. (s/d), Descrição do Reino de Portugal. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2002.

LEITÃO, Nuno (s/d), Montado, um estado da Sucessão Ecológica no Sul de Portugal. Disponível online em: <http://nurlink.sapo.pt/article.aspx?menuid=23&cid=1508&bl=1§ion=5>

LINK, M. (1805): Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799, Paris, Levraut, Schoell

LOBO, A. S. S. Costa, (1979): História da Sociedade em Portugal no Século XV, Lisboa, Clássicos da Historiografia Portuguesa – Estudos I, Cooperativa Editora História Crítica.

LOSADA, Miguel Granda (1982), Mejora de la dehesa extremeña. Sevilha: Univ. de Sevilha.

LOUREIRO, A; Rodrigues, A. e Brito, C. (1992): “Presente e futuro dos montados de sobro e azinho em Trás-os-Montes”, 2º Encontro sobre Montados de Sobro e Azinho, Circunscrição Florestal de Évora, Évora.

LOURENÇO, Maria do Céu (2009), Efeito da raça e do sexo na qualidade físico-química e sensorial da carne de porco. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/5944>

LOURENÇO, Maria Ermelinda Vaz; GONÇALVES, Maria da Conceição; OLIVEIRA, António João; SERRANO, Joaquim M. Efe (1993/1994), Capacidade produtiva das pastagens naturais nas condições do montado alentejano. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

LUNA, Antonio Muñoz (2001), Cría y engorde del cerdo ibérico en intensivo. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

LUZ, Luís; ALVARENGA, Bartolomeu; DIAS, João; BEJA, Nuno; CORDEIRO, Teresa; LUÍS, Pereira; ALBINO, Susana; CANADA, João (2004), Potencial energético de biomassa no montado do Baixo- Alentejo e Alentejo Litoral: aplicação em SIG. RCAAP. Disponível online em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/1269>

MACHADO, Nuno Alexandre de Sousa (1998), Caracterização do estado atual do montado de sobro no concelho de Macedo de Cavaleiros. Vila Real: UTAD.

MARABUTO, Sérgio Manuel Bento Ferreira (1997). Evolução da densidade de coberto em montado de sobro. Vila Real: UTAD.

MARQUES, André Evangelista (2005), “Em Torno da Historiografia das Ordens Militares Hispânicas: Uma Leitura da Obra Las Órdenes Militares Hispânicas en la Edad Media (Siglos XII-XV), de Carlos de Ayala Martínez”, in Revista Lusitânia Sacra, 2ª série, 17.

MÁRQUEZ, J.A. López (1990), Aproximación al establecimiento de una clasificación de "encinas" en la dehesa extremeña. Sevilla: Universidade de Sevilla

MARREAS, Pedro Caetano (1997), A qualidade da cortiça e o crescimento e estrutura das árvores de 'Quercus suber L.' (Coruche). Vila Real: UTAD.

MARTÍNEZ RUIZ, E., «Los montes en la cultura islámica. Los bosques de Al-Andalus del siglo VIII al XIII» in Los montes y su historia. Una perspectiva política, económica y social. Huelva, Universidad de Huelva Publicaciones, 1999.

MARTINS, Conceição Andrade (2002), A questão corticeira na ótica da Real Associação Central da Agricultura Portuguesa. AFN.

MARTINS, Conceição Andrade, e MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.) (2002), A Agricultura: Dicionário das Ocupações, in Nuno Luís Madureira (coord.), História do Trabalho e das Ocupações, vol. III, Oeiras, Celta Editora.

MASCARENHAS, José Manuel de; BARATA, Filipe Themudo; CAPELO, Sofia, O Monte Alentejano na Encruzilhada do Tempo. VIII Congresso Português de Sociologia - 40 anos de democracias: progressos, contradições e prospetivas. Évora: Universidade de Évora, 2014. Disponível on-line em: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/13212/1/VIII_COM0453.pdf

MATOS, Dília Pinto de (1997), Estudo da composição da cortiça e a sua influência na qualidade do vinho. Vila Real: UTAD.

MATTA, J. A. S. (1855): Anaes de Moura, Moura, Câmara Municipal de Moura, Biblioteca Municipal, 1990.

MATTOSO, J. (188): Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325), vol.I, Lisboa, Imprensa Universitária, Editorial Estampa.

MENDES, A. Carvalho (2002), Economia do Setor da Cortiça em Portugal. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa - Faculdade de Economia e Gestão.

MENDES, A. M. S. C. (2001): "O sector da cortiça em Portugal do século XVIII ao século XXI", Acção Integrada Luso-Espanhola, Porto.

MENDES, R. R.C. (1894): "Monografia do concelho de S. Tiago do Cacém mais mapas estatísticos", Lisboa, Boletim da Direcção Geral de Agricultura, nº 9.

MESTRE, Victor, A Arquitectura Popular Alentejana: "A Civilização do Barro", Arquitectura e Construção, nº14, pp. 80-86, Lisboa, junho 2001 Disponível on-line em: http://www.vmsa-arquitectos.com/Public_Civilizacao_barro_2001.pdf

MESTRE, Victor, O Monte Alentejano, uma Identidade de Raízes Ancestrais - contributos para o seu conhecimento e permanência. Lisboa: VMSA arquitectos, 2009.

MÍNGUEZ, Marta Pardos (2000), Comportamiento de la planta de alcornoque (Quercus suber L.) producida en su envase: su evaluación mediante parámetros morfológicos y fisiológicos. Granada: Universidade de Granada.

MONTGOLFIER, J. e Normandin, D. (1990): "Le patrimoine: une lecture de la gestion des espaces boisés" Paris, Cahiers d'Économie et Sociologie Rurales, INRA, pp. 15-16.

MONTGOLFIER, J.; Natali, J. M. (1987): Le patrimoine du futur: approches pour une gestion patrimoniale des ressources naturelles, Paris, Economica.

MORAES, P. (1889): Estudo Geral da Economia da 7ª Região Agronómica, Lisboa, Imprensa Nacional.

MOREIRA, Manuel Belo; COELHO, I.S. (2008), A silvopastorícia na prevenção dos fogos rurais. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/1172>

MORUNO, Francisco (2009): “El Negocio de Exportación Corchera en España y Portugal Durante el Siglo XX: Cambios e Intervención Pública”. In Estudios de Historia Económica N.º 57, Banco de España, 2010. Disponível on-line em: <https://www.bde.es/f/webbde/SES/Secciones/Publicaciones/PublicacionesSerias/EstudiosHistoriaEconomica/Fic/roja57.pdf>

MÓSTOLES, L. B. (2003): Repoblación y colonización en la Península Ibérica, IES. Disponível on-line em: http://clio.rediris.es/fichas/mede_rpi.htm

MOURA, J. D. G. M. (1855): Memória histórica da notável vila de Niza. Fac-simile da edição de 1855, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

NATIVIDADE, J. Vieira (1950): Subericultura, Lisboa, Ministério da Economia.

NEVES, C. M. B. (1944): Problemas suberícolas na zona pliocénica ao Sul do Tejo. Boletim da Junta Nacional da Cortiça 6 (65), pp. 193-197 e 6 (66), pp. 214-244.

NEVES, C. M. B. (1965): Dos monteiros-mores aos Engenheiros Silvicultores. Anais do Instituto Superior de Agronomia, Vol. XXVIII, pp. 19-172.

NEVES, Francisco Correia das (2001): Da Serra da Estrela ao Campo de Ourique – memorial sobre a transumância. Beja, ACOS.

NEVES, N. Fonseca (1992), Impacte das principais micoses no montado de sobro. Revistes Catalanes amb Accés Obert.

NIETO, Ramón (1983), Madeira cortiça arame. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

NOBRE, José Cândido (2005), Manual técnico: porco de raça alentejana. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

NUNES, Ana Margarida; ALMEIDA, Maria Helena; MONTEIRO, Maria do Loreto; PATRÍCIO, Maria do Sameiro (2008), Resultados preliminares em ensaios genéticos de sobreiro: orientações para a realização de cortes de formação. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/3895>

NUNES, José Luís Tirapicos (1999a), Enquadramento do porco alentejano no sistema agrossilvo-pastoril do Alentejo. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

NUNES, José Luís Tirapicos (1999b), El cerdo Ibérico e sus Productos. Estación Tecnológica de la carne de Castilla y León.

NUNES, José Luís Tirapicos (2003), O porco alentejano: enquadramento nos sistemas agrários alentejanos. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

NUNES, Luís Filipe de Sousa Teixeira (1997), Caracterização do montado de sobro no concelho de Macedo de Cavaleiros. Vila Real: UTAD.

OLIVEIRA, A. R. (2008), Comparação dos perfis de ácidos gordos constituintes do azeite virgem extra de Moura e da gordura subcutânea do porco alentejano: (sus ibericus). Beja: Instituto Politécnico de Beja.

OLIVEIRA, E. F. (1903): Elementos para a história do município de Lisboa. Tomo II. Ed. Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa.

OLIVEIRA, E. V; GALHANO, F.; PEREIRA, B. (1988): Construções primitivas em Portugal. Portugal de Perto, Publicações D. Quixote. Lisboa.

OLIVEIRA, Manuel Alves de; OLIVEIRA, Leonel de (1991), A Cortiça. Vila Real: UTAD.

OLIVEIRA, Maria da Graça Fernandes da Costa Campos de (1995), Autecologia do sobreiro (*Quercus Suber* L.) em montados portugueses. Faro: Universidade do Algarve.

OLMEDO, Fernando; HIDALGO, Magdalena Torres (2010), Cortijos, haciendas y lagares en Andalucía: arquitectura de las grandes explotaciones agrarias. Granada: Universidade de Granada.

ORCAJO, Máximo Ramos y (1990), Dehesa de la contienda: proyectos de división : origen, historia y estado atual, derechos de Aroche, Encinasola y Moura. Sevilha: Univ. de Sevilha.

PAIVA, Tânia (2009), Nasceu o primeiro observatório do sobreiro e da cortiça. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

PALACÍN, Pablo Campos (1984a), Evolución y perspectivas de la dehesa extremeña. Sevilha: Univ. de Sevilha.

PALACÍN, Pablo Campos (1984b), Economía y energía en la dehesa extremeña. Sevilha: Univ. de Sevilha.

PALMA, L.; Onofre, N.; Oliveira, L. (1985): “Situação actual e perspectivas de conservação da fauna silvestre nos povoamentos de sobreiro e azinho. Sua importância como factor de valorização ecológica e económica”, 1º Congresso sobre o Alentejo, Évora.

PALOMARES, Otilio Sánchez (2007), Las estaciones ecológicas de los alcornoques españoles. Granada: Universidade de Granada.

PARRA, Fernando (1990), La dehesa y el olivar. Sevilha: Univ. de Sevilha.

PARREIRA, Alcides (2009), Cortiça: desenvolvimento constantemente adiado. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

PASCOAL, Frei Diogo Vaz (s/data): “Descrição da vila de Moura, suas particularidades, e seu termo”, In História da notável vila de Moura. Ed. da Biblioteca Municipal de Moura.

PERALES, Cristina Aponte (2010), Interacciones planta-suelo en un bosque mediterráneo. Sevilha: Univ. de Sevilha.

PEREIRA, G. (1887): Documentos Históricos da Cidade de Évora, Évora.

PEREIRA, Helena e COSTA, Augusta (s/d), Evolução recente da indústria de cortiça. Disponível on-line em: <http://www2.egi.ua.pt/xxiiaphes/Artigos/a%20Helena%20&%20Augusta.PDF>

PEREIRA, Mário (1979), Estrutura Agrária Portuguesa (1968-1970) — Suas Relações com a População e a Produção Agrícola, Oeiras, Instituto Gulbenkian de Ciência.

PEREIRA, Miguel (2006), O geo-processamento da informação e seu tratamento estatístico no âmbito do projeto Montado. Junta de Extremadura. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10174/1388>

PEREIRA, P. M. e FONSECA, M. Pires da (2003), "Nature vs. nurture: the making of the montado ecosystem", in Conservation Ecology 7(3): 7. Disponível on-line em <http://www.consecol.org/vol7/iss3/art7/>

PEREIRA, Pedro; GODINHO, Carlos; BRANCO, Manuela; RABAÇA, João E. (2011), Quão importante é a disponibilidade de recursos alimentares para a guilda das aves trepadoras dos montados?. Évora: Universidade de Évora. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10174/4236>

PÉREZ Antelo, A., "Comentarios sobre la evolución de los bosques gallegos hasta comienzos del siglo XX"» in Los montes y su historia. Una perspectiva política, económica y social, Universidad de Huelva Publicaciones, 1995.

PÉREZ, José Luis Quero (2007), Mecanismos y procesos implicados en la regeneración del bosque mediterráneo en respuesta a la heterogeneidad ambiental: desde la fisiología hasta la demografía. Granada: Universidade de Granada.

PICÃO, José da Silva (1903), Através dos Campos. Usos e Costumes Agrícola-alentejanos, Lisboa, D. Quixote, 1983

PIMENTEL, C. A. S. (1888): Pinhaes, Soutos e Montados. Cultura, tratamento e exploração d'estas mattas. 2ª parte, Lisboa, Adolfo, Modesto & C.ª - Impressores.

PINTO, Maria João Vieira (2011), Porque da cortiça se faz muito mais que rolhas. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

PINTOR, Ariana; VILAR, Vítor; MARTINS, Ramiro; BOAVENTURA, Rui (2010), Utilização da água de lavagem das rolhas, com elevado teor de H₂O₂, no tratamento do efluente da cozedura da cortiça por oxidação fotofenton solar. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/2662>

POTES, José Mira (2011), Montado no Portugal mediterrânico. Faro: Universidade do Algarve.

PULIDO, Fernando J.; CAMPOS, Pablo; MONTERO, Gregorio (2003), La Gestión Forestal de las Dehesas. AFN.

PULIDO, Fernando; PICARDO, Álvaro; CAMPOS, Pablo; CARRANZA, Juan; COLETO, José Miguel; DÍAZ, Mario; DIÉGUEZ, Elena; ESCUDERO, Adrián; EZQUERRA, F. Javier; MORENO, Gerardo; ROIG, Sonia; SOLLA, Alejandro; VARGAS, Juan de Dios (2010), Libro Verde de la Dehesa.

QUEIROGA, M. C. (2008), Plano de Estudo Epidemiológico do Porco Alentejano e Cruzado. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

QUINTAS, A. (s/d), O montado, o porco da raça alentejana e a qualidade da gordura subcutânea. Resultados de um estudo conduzido com associados da associação de criadores de Porco Alentejano. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

RADICH, M^a. C.; Alves, A. A. M. (2000): Dois séculos de floresta em Portugal, Lisboa, Edição Celpa.

RAMOS, Ignacio Manuel Pérez (2006), Factores que condicionan la regeneración natural de especies leñosas en un bosque mediterráneo del sur de la Península Ibérica. Sevilla: Univ. de Sevilla.

RAMOS, José António Brito; SANTANA, Ana Margarida (2006), O porco da raça alentejana e o declínio do sobreiro e da azinheira. Évora: CCDR Alentejo.

RANGEL, Marta Guerrero (2008), Ascaris summ" y "Trichinella spiralis" del cerdo ibérico en Badajoz. Granada: Universidade de Granada.

RASERO, Gloria Salazar (1997), El cerdo ibérico. Granada: Universidade de Granada.

REBOLLO, Antonio José García (1997), Influencia del consumo de jamón de cerdo ibérico criado en montanera, sobre el perfil lipídico aterogénico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

REBOLLO, Pilar Fernández; MUÑOZ, M^a Dolores Carbonero; CARRASCO, Ángel Blázquez (2008), La dehesa en el norte de Córdoba : perspectivas futuras para su conservación. Sevilla: Univ. de Sevilla.

REBOLLO, Pilar Fernández; TEJEIRO, Carlos J. Porras (1999), La dehesa : algunos aspectos para la regeneración del arbolado. Sevilla: Univ. de Sevilla.

REIS, Ana (1996), O sobreiro: uma revisão bibliográfica sobre crescimento e capacidade de produção de cortiça. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

REIS, J. (1993): O atraso económico português 1850-1930, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

REIS, Pedro; ROLO, Joaquim; COELHO, I. Seita; BELO, C. Carmona (2014): “Sistemas agroflorestais em Portugal Continental. Parte I: economias e distribuição geográfica”, in Revista de Ciências Agrárias, Vol. 37 (2), SCAP, 2014 Lisboa, pp. 113 – 121. (em colaboração)

RESINA, Luis Matías (2010), Efectos del cambio climático sobre la regeneración del bosque mediterráneo. Granada: Universidade de Granada.

RIBEIRO, M.M.A. (1995), Bases para um programa de melhoramento florestal da espécie Quercus suber L. Castelo Branco: Instituto Politécnico de Castelo Branco. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.11/667>

RIBEIRO, Orlando (1940-41): “Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela”, Revista da faculdade de letras, VII, 1-2, pp.213-303.

RIBEIRO, Orlando (1945), Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, 6^a ed., Sá da Costa, 1991. Disponível on-line em: http://purl.pt/421/5/hg-27320-p_PDF/hg-27320-p_PDF_24-C-R0150/hg-27320-p_0000_capa1-guardas8_t24-C-R0150.pdf

RIBEIRO, Orlando (1970), A Evolução Agrária no Portugal Mediterrânico. Notícia e Comentário de uma Obra de Albert Sibert, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

RIBEIRO, Orlando (1971), “Povoamento” in SERRÃO, Joel (org.), Dicionário da História de Portugal.

RODRIGUES, Joaquim Feliz; PONTE, Barreira da (1961), Repovoamento e recuperação de solos de montados de sobre. Lisboa: Biblioteca Nacional.

RODRIGUES, M. V. (1997). Santarém no tempo dos Filipes (1580-1640). Vol. I Estudo Histórico, Ed. Câmara Municipal de Santarém.

RODRIGUES, Maria Fernanda Calvão (2009), Elaboração de um modelo de produção de bolota em Herdade do Baixo Alentejo. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/2070>

RODRIGUES, Sandra; LOURENÇO, Maria do Céu; PEREIRA, Etelvina (2010), Breed and sex effect on pork meat quality. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10198/3422>

VALLADARES, Fernando (Editor) (2004), Ecología del bosque mediterráneo en un mundo cambiante. Ministerio del Medio Ambiente/Organismo Autónomo Parques Nacionales. Disponível online em: https://issuu.com/ferherlo/docs/ecologia_bosque_mediterraneo_1/65

ROSELLÓ, M. Elena (1987), El carbón de encina y la dehesa: sistemas de producción y comercialización, evaluación de recursos. Sevilla: Univ. de Sevilla.

S/A (2000), Candidatura do Alto Douro Vinhateiro a Património Mundial, Porto: Fundação Rei Afonso Henriques

S/A (2010), A importância ambiental da cortiça. Cork Information Bureau 2010 / APCOR. Disponível on-line em: <http://www.apcor.pt/userfiles/File/A%20importancia%20ambiental%20do%20montado.pdf>

S/A, Mapas de Montados (1852-1854), Arquivo das Obras Públicas, Direcção Geral do Comércio, Agricultura e Manufatura, Repartição de Agricultura 3ª secção

S/A (1982), Fábrica de produtos de cortiça Robinson. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

S/A (1985), Parámetros hormonales reproductivos en el cerdo ibérico: Determinación de progesterona y LH durante el ciclo estral. Granada: Universidade de Granada.

S/A (1992), El cerdo ibérico, la naturaleza, la dehesa. Univ. de Sevilla - Madrid Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación.

S/A (1992), Portugal, País de florestas. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

S/A (1996), Agroecosistema de dehesa y desarrollo rural endógeno. Sevilla: Universidade de Sevilla.

S/A (1997), MADRP em defesa dos montados de sobre e azinho. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

S/A (1998), El cerdo ibérico: crianza y elaboración. Granada: Universidade de Granada

S/A (1998), Sólo cerdo ibérico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

S/A (1999), Manual de reforestación y cultivo de alcornoque (*Quercus suber* L.), Granada: Universidade de Granada.

S/A (2000), O SOBREIRO E A CORTIÇA. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

S/A (2000), Sobreiro e a cortiça: um património universal uma herança a preservar. Vila Real: UTAD.

S/A (2001), Indústria da cortiça: manual de prevenção. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

S/A (2002), Compendio bibliográfico sobre el cerdo ibérico y sus productos derivados. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

S/A (2004), Cortiça: uma riqueza que garante futuro. Portalegre: Instituto Politécnico de Portalegre.

S/A (2005), Code international des pratiques subéricoles. AFN.

S/A (2006), Europa cork. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

S/A (2007), Nuevas aplicaciones informáticas para la clasificación de la carne de cerdo ibérico empleando morfometría y reflectancia espectral. Granada: Universidade de Granada.

S/A (2008), Caracterización socioeconómica de la dehesa de Andalucía. Sevilla: Universidade de Sevilla.

S/A (2008), Sistema para a predição do crescimento da cortiça. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/807>

SAMPAIO, J. (1985), Cortiça: o comércio externo e as atividades a montante. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

SÁNCHEZ, Miguel Escribano (1997), Contribución al estudio de la dehesa en Extremadura : análisis técnico y económico de sistemas adehesados de uso múltiple del suroeste de Badajoz. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

SANTOS, J. Brito dos (1964), Montados de Sobro e Cortiça. Lisboa: Biblioteca Nacional.

SANTOS-REIS, Ana Isabel Correia (1999), Caracterização da Flora e Fauna do Montado da Herdade da Ribeira Abaixo. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

SANTOS-SILVA, Celeste (2011), Diversidade fúngica no Baixo Alentejo - Diversidade de macrofungos em povoamentos de sobro e azinho na região Alentejo. Évora: Universidade de Évora.

SANZ, Eduardo Laguna (1998), El cerdo ibérico: en el proximo milenio. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

SEQUEIRA, J. P F. (1790): “Memória sobre as azinheiras, soveiras, e carvalhos da província do Alentejo, onde se trata de sua cultura, e dos melhoramentos, que no estado actual podem ter”, Lisboa, Memórias económicas da academia real das ciências de Lisboa 1789-1815, tomo II, Banco de Portugal, 1991, pp. 214-272.

SERRANO, José Robson Becerra (2003), Comportamiento sexual del cerdo ibérico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

SERRÃO, C.D. Nogueira (1978) Bases ecológicas para o combate às pragas dos montados de sobro e azinho. Uma perspectiva geral dos montados. Lisboa: Instituto dos Produtos Florestais.

SERRÃO, J. (Direcção). (1979): Dicionário de História de Portugal, vol IV, Porto, Livraria Figueirinhas.

SILBERT, A. (1966): Le Portugal Méditerran à la fin de l'ancien régime XVII – début du XIX siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée, Paris, S.E.V.P.E.N.

SILBERT, Albert (1978), Le Portugal méditerranéen à la fin de l'Ancien Regime: XVIIIe - début de XIXe siècle. Contribution à l'histoire agraire comparée, 3 vols., Lisboa, INIC.

SILVA, Hélder Marques da e CARQUEJEIRO, Eduardo (2004), Paisagem Cultural da Ilha do Pico – Candidatura a Património Mundial, Horta: Secretaria Regional do Ambiente

SILVA, J. B. A. (1815): Memória sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal, Lisboa, Academia Real das Sciencias.

SILVA, João Luís Aragão Gomes Vieira da (1998), Caracterização dos sistemas produtivos do porco alentejano. Vila Real: UTAD.

SILVA, Joaquim Sande (coord. editorial) (2007), Os montados. Muito para além das árvores, in Colecção Árvores e Florestas de Portugal, nº 3, Lisboa: Público, Comunicação Social, SA / Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento

SILVA, Maria Emília Calvão Moreira da (1996), Contributo para o estudo da qualidade da cortiça: avaliação das relações existentes entre parâmetros definidores da sua qualidade. Vila Real: UTAD.

SILVA, Miguel Maria Nugent Pestana da (2003), A caracterização da qualidade da cortiça para a produção de rolha: aplicação da metodologia de análise multivariada com vista à validação de grupos de qualidade. Vila Real: UTAD.

SILVA, Pedro Guerreiro da (2007), O porco alentejano: uma riqueza natural. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

SILVA, Pedro Miguel Ricardo Guerreiro da (2009), Contributo para a gestão técnico-económica e financeira do adensamento do montado com vista ao melhoramento da integração agropecuária da raça suína alentejana. Faro: Universidade do Algarve.

SIMÕES, Paula Maria da Silva, Guardiões da Paisagem - Os montes alentejanos. Lugares de Memória. Tese apresentada à Universidade de Évora para a Obtenção do Grau de Doutor em Artes e Técnicas da Paisagem. Universidade de Évora, 2015. Disponível on-line em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/17365>

SOARES, J. M. A. (1860): "Sobre a cultura do sobreiro", Lisboa. Arquivo Rural, vol. III.

SOUSA, Edmundo Manuel Rodrigues de; SANTOS, Maria Natércia Sousa; VARELA, Maria Carolina; HENRIQUES, Joana (2007), Perda de Vigor dos Montados de Sobro e Azinho: Análise da Situação e Perspetivas. Lisboa: Ministério da Agricultura, do desenvolvimento Rural e das Pescas / DGRF / INRB.

SOUSA, Francisco André Belard Bravo de Castro e (2007), A azinheira e o montado de azinho. Beja: Instituto Politécnico de Beja.

SOUSA, Maria Augusta Fernandes Pereira da Costa de (2008), A nova realidade da produção e da transformação da cortiça em Portugal. Lisboa: Biblioteca Nacional.

SUROVA, Diana e PINTO-CORREIA, Teresa (2008), "Landscape preferences in the cork oak Montado region of Alentejo, southern Portugal: Searching for valuable landscape characteristics for different user groups", in Landscape Research, Volume 33, Number 3, pp. 311-330

TANGANHO, Helena de Fátima Cebola (1997), A importância dos sistemas agrossilvo-pastorais na conservação dos recursos naturais na região mediterrânica. Évora: CCDR Alentejo.

TEJEIRO, Carlos Javier Porras; AGUILAR, Rafael Martínez; REYES, Agustín Fernández (1997), Sistemas agrarios tradicionales de dehesa en las comarcas de la Sierra y los Andévalos de la provincia de Huelva : proyecto interregional : estudio de sistemas agrarios tradicionales en Andalucía, Algarve y Alentejo. Sevilha: Univ. de Sevilha.

TELES, Sílvia, Habitar a Paisagem Alentejana - A Particularidade do Monte. Tese apresentada à Universidade de Évora para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura. Universidade de Évora, 2013. Disponível on-line em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/12238>

TOMÉ, Margarida (2004), Modelo de crescimento e produção para a gestão do montado de sobro em Portugal. Projecto POCTI/AGR/35172/99. Relatório Final – Relatório de Execução Material (Volume I). Publicações GIMREF RFP 1/2004. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa / Instituto Superior Agronomia / Centro de Estudos Florestais. Disponível on-line em: http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2355/1/REP-SUBERMODEL_RFP1-2004.pdf

TRINDADE, M^a. J. L. (1981): Estudos de história medieval, A vida pastoril e o pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI, Lisboa, ed. Cooperativa Editora História e Crítica.

UNESCO (1972), Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Disponível on-line em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO (2005), Textos fundamentais da Convenção do Património Mundial de 1972. Disponível on-line em: <http://whc.unesco.org/uploads/activities/documents/activity-562-1.pdf>

VACAS, M^a. I. L. M. (1995): Análise económica de uma exploração agrícola com actividade cinegética, Lisboa, Relatório de fim de curso, Instituto Superior de Agronomia.

VALDELVIRA, J. J. (2004), Comparación de diferentes sistemas de identificación en la cría extensiva de cerdo ibérico. Granada: Universidade de Granada.

VASCONCELOS, L. M. (1608): "Do sítio de Lisboa". Antologia dos economistas portugueses, Selecção, prefácio e notas de António Sérgio, Lisboa, Publicações da Biblioteca Nacional, 1924.

VILHENA, Francisco António Palma (1885), A exploração dos montados e sua importância económica. Lisboa: Instituto Superior de Agronomia Lisboa. Disponível online em: <http://hdl.handle.net/10400.5/3231>

VITERBO, J. S. R. (1798): Elucidário das palavras, termos e frases, etc. 1ª ed. Crítica, Porto, Livraria Civilização, 1966.

VIZCAÍNO, Francisco Javier Forero (1999), Estudio comparativo de cinco estirpes de cerdo iberico. Madrid: Univ. Complutense de Madrid.

C) LEGISLAÇÃO

a. Sistema do Montado

Sinopse histórica da legislação

DL n.º 25947, de 15 outubro 1935 Condições para a realização das culturas arvenses em função da necessidade de proteção do montado. Face à excessiva generalização da cultura do trigo, com sinais claros de excedentes, o Governo proíbe a cultura nos terrenos afetos à produção de cortiça amadia e nos montados de azinho, salvo se tiverem sido atacados pelo "burgo" (*Tortrix viridana* L.)

Portaria n.º 8295, de 29 novembro 1935 Instruções acerca da classificação de montados que regula a cultura do trigo no corrente ano cerealífero. É definida a constituição do montado por espécie, excedendo 70% do povoamento de sobreiro, azinho ou misto. Consideração de que quando o número de árvores excede 50 a cultura predominante é florestal, se for inferior é arvense.

Decreto-Lei n.º 27776, de 24 de junho de 1937 Regulamentação da extração de cortiça, desbaste, corte ou arrancamento das respetivas árvores, estabelece ciclos de extração de 9 anos, define as condições para o desbaste, corte ou arrancamento, incluindo a marcação das árvores a suprimir. Cabe à DGF vistoriar e definir as técnicas e intensidade dos desbastes ou proibir a sua execução.

Portaria n.º 10264, de 20 de novembro de 1942 Considera requisitados os carvões de sobreiro e azinho constantes de relação anexa a este diploma, e bem assim todos os existentes nos concelhos, na mesma mencionados, ainda que tenham sido transferidos para a posse de terceiros ou pertençam a entidades nela não expressamente designadas. A lista é nominal referindo a quantidade. Quem não proceder à entrega é penalizado por legislação própria.

Portaria n.º 10265, de 20 de novembro de 1942 Obrigatoriedade do manifesto de carvão de sobreiro e azinheira em vários distritos do país: Beja, Évora, Castelo Branco, Portalegre, Setúbal e Santarém. No manifesto deveria constar: local, quantidade a fabricar, destino - local ou fora do concelho -, nome e residência do comprador. A entidade coordenadora era a Comissão Reguladora do Comércio de Carvões.

Decreto-Lei n.º 38271, de 26 de maio de 1951 Legislação referente à proteção dos sobreiros, com definição das condições da poda em propriedades com mais de 10 árvores, a Direção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas fiscaliza e a Junta Nacional da Cortiça aplica as multas resultantes dos delitos florestais. No preâmbulo justifica-se esta medida devido ao crescimento da indústria de aglomerados que aproveita a cortiça de menor qualidade, aumentando a pressão sobre a sobre exploração da cortiça.

Portaria nº 13733, de 7 de novembro de 1951 Regras para a poda dos sobreiros. Considera-se que a poda é uma prática cultural para beneficiação da árvore e não para usufruição de rendimentos subsidiários da sua exploração.

Decreto-Lei nº 407-B/75, de 30 de julho Regulamentação da extração de cortiça, desbaste, corte ou arrancamento das respetivas árvores, face ao reconhecimento da importância do recurso em termos nacionais. É estabelecido o controlo estadual de toda a produção de cortiça amadia extraída ou a extrair.

Despacho conjunto dos Ministérios da Agricultura e Pescas e do Comércio Externo de 31 de outubro de 1975 Controle da produção da cortiça amadia para o ano de 1976. Os proprietários ou produtores de cortiça constantes nas respetivas listas têm de pedir autorização junto das CRRRA para a comercialização.

Decreto-lei nº 521/76, de 5 de julho Sobre a produção de cortiça amadia

Decreto-Lei nº 14/77, de 6 de janeiro Disposições relativas ao arranque, corte ou poda de azinheiras. Reconhecimento de que nos últimos anos se tem registado uma reestruturação das áreas de implantação do azinho, remetendo os povoamentos para as áreas de solos degradados das zonas ecológicas onde predominam influências climáticas mediterrânicas e ibéricas, sendo raros em zonas com aptidão agrícola. O arranque e a prática de mobilizações facilitam processos de decapitação e de mineralização dos solos, com consequências na delapidação do património edáfico, ao contrário do desejado, que é promover a recuperação de fundos de fertilidade perdido, como ativos de progresso do meio rural. É dada uma indicação clara de preservação de faixas de arvoredo com larguras e afastamentos convenientes para reforço das potencialidades produtivas.

Decreto-Lei nº 260/77, de 21 de junho Operações de extração, transporte e comercialização de cortiça ficam submetidas a controlo do Estado. Como primeiro produtor mundial de cortiça, este bem atinge valores dos mais significativos, sendo necessário providenciar sobre o seu fomento e assegurar-se nos mercados estrangeiros uma presença permanente e altamente qualificada, evitando o aparecimento de sucedâneos que, a médio prazo, podem relegar a cortiça para o mundo das coisas sem préstimo económico. Outra das preocupações articula-se com os impactes sociais e económicos, criando-se estruturas que propiciem a distribuição equitativa dos benefícios pelo maior número de trabalhadores e agricultores e que defenda o sector corticeiro. Para facilitar aos produtores a extração da cortiça, o Governo institui por intermédio do Banco de Portugal a recuperação de créditos, por forma eficiente e cómoda para os devedores e não onerosa para os outros intervenientes. Foi estabelecido igualmente a regra da fixação anual dos preços mínimos de venda, consagrando-se, a par de medidas impulsionadoras do cumprimento das disposições editadas, sanções de natureza civil, penal e administrativa, para as infrações mais intensamente lesivas dos interesses a proteger.

DL n.º 221/78, de 3 de agosto. Regulamentação para proteção do montado de sobreiro. A posição no mercado externo e a importância socio económica responsabiliza-nos como garantes da perpetuidade dos montados de sobreiro e do seu significado e valor aos níveis nacional e internacional. É necessário garantir a entrega de quantidades adequadas às exigências do mercado e uma busca constante de qualidade. Esta consciência desde remotos tempos, traduziu-se pela acumulação de legislação protecionista sem paralelo, entre nós, com a promulgada em relação a qualquer outra espécie florestal, contribuindo grandemente para tornar possível a persistência de uma reserva suberícola ainda considerável. Assim, existem aspetos que aconselham uma mais direta e efetiva interferência estatal neste importante domínio da atividade florestal portuguesa. Estão neste caso o fomento da sua expansão e o alcance de mais elevados níveis de rentabilidade, objetivos que, por sua parte, se relacionam com o ordenamento da cultura e da exploração e, mais uma vez, com uma persistente política de qualidade.

Portaria n.º 3/79, de 3 de janeiro Estabelecimento de normas relativas à cortiça, tornando-se necessário um controlo mais efetivo da cortiça produzida, com a indicação que a comercialização será assegurada pelo Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária, mediante concurso.

Decreto-Lei n.º 119/79, de 5 de maio Operações de extração, transporte e comercialização da cortiça dos montados ficam submetidas a controlo estadual, mediante normalização quantitativa e a disciplina de preços do

mercado corticeiro no seu todo e a promoção da rentabilidade social e económica. Procurou-se ainda, face à experiência já recolhida, criar uma maior responsabilização dos intervenientes no processo, com vista a uma mais eficaz tutela dos bens que à comunidade pertencem e dos quais, portanto, a comunidade deve beneficiar. A ação de controlo do Estado passou a ser alargada ao sector suberícola privado, sem, todavia, criar novas formas de estatização.

Decreto-Lei n.º 98/80, de 5 de maio Normas relativas a explorações agrícolas com montado de sobro. O argumento utilizado reporta-se aos cerca de 15000 postos de trabalho criados, ao abastecimento ao setor industrial e ao volume de exportação, para impor uma política não dirigista mas de preservação e apoio ao desenvolvimento do património do montado de sobro. É reconhecido o estado de degradação em que se encontra o montado de sobro e a falta de povoamento, que cessou por completo, com efeitos a médio e a longo prazo. Neste sentido, a formação de novos técnicos, o apoio à investigação, a divulgação de critérios corretos a utilizar e a promoção das exportações inserem-se nas preocupações do governo.

Decreto-Lei nº 99/80, de 5 de maio. É criada a Comissão da Comercialização da Cortiça, serviço que apoia a comercialização, defesa e promoção da cortiça, reunindo especialistas que, com autoridade, tem a possibilidade de coordenar os meios existentes nos diversos departamentos estatais.

Decreto-Lei nº 189-C/81, de 3 de julho. Relativo à extração, comercialização e transporte de cortiça amadia.

Portaria nº 701/81, de 14 de agosto Regulamentação referente à comercialização da cortiça, em que cabe ao Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária anunciar o concurso público e a abertura das propostas em sessão pública.

Decreto-Lei n.º 131/82, de 23 de abril Atualização de coimas com vista à proteção do montado.

Portaria nº 496/82, de 12 de maio Revogação e substituição da Portaria nº 701/81, referente à comercialização da cortiça que continua a ser por concurso público.

Lei nº 26/82, de 23 de setembro Alteração do Decreto-Lei nº 189-C/81, de 3 de julho, relativo à extração, comercialização, e transporte de cortiça amadia. Define a obrigatoriedade de cumprimento das diretrizes dos serviços competentes relativamente a todas as operações culturais e de exploração dos montados de sobro. O levantamento de quaisquer quantidades de cortiça amadia ficam sujeitos a autorização escrita do Instituto de Gestão e Estruturação Fundiária. A falta de envio da declaração da previsão de extração no prazo legal é punida por multa.

Decreto-Lei nº 312/85, de 31 de julho Relativo à extração, comercialização, transporte de cortiça.

Decreto-Lei n.º 172/88, de 16 de maio Medidas de proteção do montado de sobro. Associa a salvaguarda de um património florestal relevante à garantia de futuro para um conjunto de atividades económicas de levado interesse nacional, nas áreas da indústria e do comércio corticeiros, com particular relevo para a exportação. É referenciada a importância de uma política concertada de proteção e desenvolvimento no âmbito da subericultura, baseada na assistência técnica eficiente, prevenindo eventuais abusos de cultura e exploração e divulgando normas para obtenção de uma produção abundante, regular e de qualidade obtida ao mais baixo custo e garantindo um rendimento por hectare suficientemente remunerador.

Decreto-Lei n.º 175/88, de 17 de maio Proibição da substituição, parcial ou total, de montados de sobro e de azinho por povoamentos de eucaliptos e de outras espécies de crescimento rápido. É referido que a Administração deve acompanhar as ações de florestação, nomeadamente quando os impactes ambientais (regime hidrológico) são suscetíveis de impor mecanismos de regulação-controle que a lógica estrita do mercado não comporta. As ações de arborização com espécies de rápido crescimento exploração em revoluções curtas estão condicionadas a autorização prévia da DGF. Esta medida permite aliviar a pressão sobre recursos florestais mais nobres, sendo ponto relevante compensar eventuais transferências de áreas florestadas de uma função produtiva tradicional para novos usos e funções de cariz social, ambiental e recreativo.

Diretiva 92/43/CEE, do Conselho de 21 maio de 1992 Diretivas habitats - medidas de preservação de habitats incluindo montados. A preservação, a proteção e a melhoria do ambiente, incluindo a preservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, constituem objetivos essenciais de interesse geral da Comunidade. Assim, convém incentivar, nas políticas de ordenamento do território e de desenvolvimento, a gestão dos elementos da paisagem que se revistam de maior importância para a fauna e a flora selvagens. É criada uma rede ecológica europeia coerente de zonas especiais de preservação denominada «Natura 2000».

Decreto-lei nº 239/92, de 29 de outubro Normas relativas às condições de comercialização dos materiais florestais de reprodução. Transposição para a ordem jurídica interna de diretivas comunitárias relativas à comercialização de materiais florestais de reprodução de madeira e às normas de qualidade exterior dos materiais florestais de reprodução comercializados no interior da Comunidade. Este âmbito é de interesse para incluir espécies florestais que revestem particular interesse para a arborização em Portugal. Cabe à DGF certificar os materiais florestais de reprodução e assegurar a fiscalização do cumprimento das normas.

Portaria nº 975/95, de 11 de agosto Regulamento de comercialização de material de reprodução de sobreiro, para além de mais 4 espécies florestais em Portugal.

Decreto-Lei n.º 266/95, de 18 de outubro Alterações do DL n.º 172/88, de 16 de maio Corte raso em montados de sobreiro. A preocupação central insere-se no quadro de reforço da política nacional de combate à desertificação de algumas regiões, associando igualmente a problemática da diversificação económica com vista à melhoria das condições de vida, compatibilizando interesses, nomeadamente agrícolas, sociais, económicos e turísticos. É neste contexto que é formulado o regime de proteção do montado, cabendo aos serviços a autorização dos cortes rasos.

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto Lei de bases da política florestal - Plano de conservação e desenvolvimento do montado. Insere-se na política de gestão, conservação e desenvolvimento sustentável das florestas e sistemas naturais associados, visa a satisfação das necessidades da comunidade, num quadro de ordenamento do território. Reconhecimento de que a floresta, pela diversidade e natureza dos bens e serviços que proporciona, é tida como um recurso natural renovável, essencial à manutenção de todas as formas de vida. Destaque para a indicação de que os detentores de áreas florestais são responsáveis pela execução de práticas de silvicultura e gestão, de acordo com normas reguladoras da fruição dos recursos da floresta. A organização dos espaços florestais faz-se, em cada região, através de planos de ordenamento florestal com uma visão integradora: a conservação, o fomento e a exploração dos recursos silvestres, nomeadamente cinegéticos, aquícolas e apícolas, associados ao património florestal, constituem atividades inerentes ao aproveitamento integrado e sustentável do meio rural. Criação da Comissão interministerial para os assuntos da floresta e do Conselho Consultivo Florestal. Destaque para a identificação de ecossistemas de grande importância e sensibilidade ecológica, designadamente sistemas dunares e de montanha, zonas em risco de desertificação, endemismos e montados de sobreiro e azinheiro.

Portaria nº 918/98, de 21 de outubro Aprovação do regulamento de admissão de material de base e da comercialização de material de reprodução de sobreiro (*Quercus suber* L.)

Decreto-Lei nº 140/99, de 24 de abril Diretiva Habitats. Conservação dos habitats dominados por sobreiro e azinheiro. Objetivos: contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território nacional, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais. Referências: Zonas especiais de conservação; Zonas de proteção especial; Planeamento e ordenamento; Atos e atividades sujeitos a parecer; Avaliação de impacto ambiental e análise de incidências ambientais; Meios e formas de captura ou abate proibidos; Introdução de espécies não indígenas; Tipos de habitats naturais de interesse comunitário (63 Florestas esclerófilas sujeitas a pastoreio (montados), 6310 Montados de *Quercus* spp. de folha perene, 93 Florestas esclerófilas mediterrânicas, 9330 Florestas de *Quercus suber*, 9340 Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*).

Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio. Estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheiro. Objetivo: garantir a defesa e valorização integrada da diversidade do território nacional e o aproveitamento racional dos

recursos naturais. Face às várias pressões de que os agro-sistemas em causa têm vindo a ser alvo, são alteradas as medidas de carácter dissuasor a eventuais violações ao disposto na legislação. Assim, introduz-se o recurso a medidas compensatórias no caso de cortes autorizados e de reposição no caso de cortes ilegais, de forma a garantir que a área daquelas espécies não seja afetada, e inibe-se por 25 anos a afetação do solo a outros fins, nos casos em que os povoamentos sejam destruídos ou fortemente depreciados por intervenção ilegal.

Despacho n.º 15984/2001, de 2 agosto Estabelecimento da área geográfica do montado de azinho para efeitos do programa RURIS. Objetivo: a manutenção de um sistema tradicional de elevado valor ecológico, que constitui importantes biótipos, repositórios de elevada biodiversidade, incluindo certas espécies raras ou em perigo.

Despacho n.º 4044/2003, de 27 de fevereiro Programa de defesa dos povoamentos suberícolas, contendo todas as dimensões relevantes que se lhe possam associar. Ao longo dos anos, a proteção ao sobreiro tem vindo a estar limitada a um certo número de disposições regulamentares que, por um lado, impedem ou dificultam o seu corte ou arranque e, por outro, determinam um conjunto obrigatório de procedimentos relativos, quer à extração de cortiça, quer a podas e outras intervenções culturais nos montados. Apesar de a área ocupada com sobreiros não ter decrescido, pelo contrário, não pode deixar de se reconhecer que existem no nosso país manchas de montado com grandes taxas de mortalidade e com a presença de excessivas árvores debilitadas.

Decreto-Lei n.º 205/2003, de 12 de setembro Normas aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução, incluindo o sobreiro. Atendendo aos avanços científicos no melhoramento do material florestal de reprodução, sendo os mais importantes os organismos geneticamente modificados e considerando o alargamento da Comunidade e a criação do Mercado Único, foi necessário introduzir alterações significativas na legislação em vigor, garantindo a circulação de forma livre e harmonizada daqueles materiais.

Memorando de Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha. Figueira da Foz em 8 de novembro de 2003 Regulamento Interno do Observatório Luso-Espanhol de Acompanhamento dos Povoamentos de Sobreiro e Azinheira

Despacho Normativo n.º 27/2004, de 2 de junho Apoios financeiros a proprietários de montado de sobreiro atingidos pelos fogos florestais de 2003. Objetivo: salvaguarda do regular funcionamento do mercado deste relevante segmento da economia portuguesa; aprovação das normas que, relativamente às medidas e apoios excecionais, estabelecem os critérios de atribuição, a tramitação dos respetivos pedidos e a indicação dos organismos e entidades intervenientes nos processos.

Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho Alteração do Decreto-Lei n.º 169/2001, adotando medidas adequadas à minimização dos prejuízos causados pelos incêndios florestais (de 2003). Aquele diploma estabelece as medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira, tendo sido constatadas algumas imprecisões no seu articulado. Relativamente ao povoamento de sobreiro, de azinheira ou misto é considerado exclusivamente em função do grau de coberto, traduzido em número de árvores/hectares, sem atender à área da formação vegetal onde se inserem. Assim, é complementada aquela definição, introduzindo-se o parâmetro «área mínima», em conformidade com o conceito de povoamento definido pela FAO — Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (adotado ao nível mundial), sem prejuízo de se acautelar a salvaguarda de pequenos núcleos que, pela sua dimensão, não constituam povoamento, mas apresentem indiscutível valor ecológico intrínseco.

Despacho n.º 18316/2006, de 8 de setembro Programa de ação para recuperação da vitalidade dos montados de sobreiro e azinho. A ocorrência de alguma mortalidade anormal em sobreiro é um problema já analisado na literatura técnico-científica da 1.ª metade do século XX, mas durante o 3.º quartel do século XX assiste-se a uma clara escalada da taxa de mortalidade, tomando o problema uma dimensão preocupante, também na azinheira. Assim, considerando que a dimensão do problema impõe a necessidade de tomar medidas é criado o Programa de Ação para Recuperação da Vitalidade dos Montados de Sobreiro e Azinho, o qual consta de cinco eixos: Assistência técnica relativa às autorizações de corte de árvores em zonas de declínio nos povoamentos de sobreiro e azinheira; Quantificação do problema do declínio nos montados de sobreiro e azinho; Publicação do manual «Boas Práticas de Gestão em Sobreiro e Azinheira»; Estudos sobre a mortalidade em sobreiro e azinheira por meio de

amostragem extensiva em toda a zona de montado; Investigação científica a nível internacional sobre o declínio do sobreiro, azinheira e outros carvalhos.

Despacho n.º 24543/2008, de 1 de outubro Reconhecimento da FILCORK como organização interprofissional florestal (OIF) à Direcção-Geral dos Recursos Florestais (DGRF) em novembro de 2006, no âmbito do novo modelo organizacional da Autoridade Florestal Nacional que dedica uma unidade orgânica ao relacionamento com as fileiras florestais, e reconhecendo que a organização interprofissional da fileira da cortiça é de grande importância para o setor florestal.

Despacho n.º 31745/2008, de 12 de dezembro Criação na Direcção Regional de Florestas do Alentejo da estrutura de missão para a valorização dos montados. Criação da Divisão de Recursos e Produtos Silvestres nas Direcções Regionais da Floresta do Norte e Centro.

Resolução da Assembleia da República n.º 64/2009, de 4 agosto Defesa do montado e valorização da fileira da cortiça. A Assembleia da República resolve recomendar à Autoridade da Concorrência a investigação aprofundada e urgente sobre o que se está a passar neste importante e estratégico sector para a economia nacional, designadamente ao nível da comercialização a montante e a jusante com particular incidência nas importações e exportações, e a tomada de medidas ou recomendação de propostas que considere necessárias ao normal funcionamento do mercado e estabilidade do sector.

Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 setembro Aprovação do código florestal. Entre o objetivos da Autoridade Florestal Nacional criada pelo Governo está a aprovação de um código florestal que compile e atualize as matérias enquadradoras das atividades florestais que se encontravam dispersas e assim aprovar um documento estruturante para o sector.

Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012, de 10 de fevereiro Instituição do sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Despacho normativo n.º 2/2014. D.R. n.º 20 Procede à sexta alteração ao Despacho Normativo n.º 7/2005, de 1 de fevereiro, que estabelece os requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais. Fundamentação: a Diretiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro, que estabelece um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, relativa à proteção de águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas, com efeitos a partir de 22 de dezembro de 2013; consagração dos requisitos mínimos para as boas condições agrícolas e ambientais no que respeita à proteção das águas subterrâneas contra a poluição causada por certas substâncias perigosas, aproveitando-se, ainda, para proceder a algumas clarificações e ajustamentos na nomenclatura das ocupações culturais. São referidas especificidades relativamente ao montado de sobreiro e azinho.

b. Património cultural

Decreto-Lei n.º 287/2000, de 10 de novembro. Define a alteração do regulamento dos trabalhos arqueológicos (atualizando o Decreto-Lei n.º 270/99 de 15 de julho)

Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro. Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural. Este diploma legal define, nos artigos 15.º e 16.º, as formas de proteção para os bens culturais móveis e imóveis – a saber: interesse nacional, interesse público ou interesse municipal – e que estão dependentes da sua classificação e inventariação.

Decreto-Lei n.º 197/2005, de 8 de novembro. Restabelece o regime jurídico de avaliação do impacto ambiental (AIA) (atualizando o Decreto-Lei n.º 69/2000 de 3 de maio).

Decreto-Lei n.º 138/2009, de 15 de junho. Estipula a criação do Fundo de Salvaguarda do Património

Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho. Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial (PCI), compreendendo as medidas de salvaguarda, o procedimento de inventariação e a criação da Comissão para o Património Cultural Imaterial. Considera-se que o PCI abrange os seguintes domínios: Tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial; Expressões artísticas e manifestações de carácter performativo; Práticas sociais, rituais e eventos festivos; Conhecimentos e práticas relacionadas com a natureza e o universo; Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

Decreto-Lei n.º 140/2009 de 15 de junho. Aprova o regime jurídico dos estudos, projetos, relatórios, obras ou intervenções sobre bens culturais móveis e imóveis classificados ou em vias de classificação de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2009, de 21 de agosto. Define os termos da criação do Programa de Recuperação do Património Classificado (PRPC) - Programa Cheque-Obra

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro Documento legal onde se estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, veio estabelecer, com carácter transitório, um prazo para a conclusão dos procedimentos de classificação pendentes à data da sua entrada em vigor (alterado pelo Decreto Lei n.º 115/2011, de 5 de Dezembro, prorrogando o prazo para a conclusão dos procedimentos de classificação pendentes à data da sua entrada em vigor; alterado pelo Decreto Lei n.º 265/2012, de 28 de Dezembro, idem).

Despacho n.º 7931/2010, de 5 de maio. Estipula o modelo de requerimento inicial para processos de classificação dos imóveis.

c. Ordenamento do território e ambiente

Decreto-Lei n.º 117/2005, de 18 de julho Rede Nacional de Áreas Protegidas

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007 Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008 Rede Natura 2000. Uma rede ecológica que tem por objetivo contribuir para assegurar a biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens no território da União Europeia.

Decreto-Lei n.º 142/2008 de 24 de julho Regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

Decreto-Lei n.º 73/2009 de 31 de março Regime jurídico da Reserva Agrícola Nacional.

Portaria n.º 1181/2009 de 7 de outubro Áreas protegidas privadas

Decreto-Lei n.º 58/2011 de 4 de maio Avaliação Ambiental Estratégica

Decreto-Lei n.º 239/2012 de 2 de novembro Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional. A REN é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que, pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e suscetibilidade perante riscos naturais, são objeto de proteção especial. A REN é uma restrição de utilidade pública, à qual se aplica um regime territorial especial que estabelece um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo, identificando os usos e as ações compatíveis com os objetivos desse regime nos vários tipos de áreas.

Decreto-Lei n.º 47/2014 de 24 de março Avaliação de Impacte Ambiental

Lei n.º 19/2014 de 14 de abril. Bases da política de ambiente

Portaria n.º 124/2014 de 24 de junho Critérios de classificação e desclassificação de arvoredo de interesse público

d. Turismo

Decreto-Lei 191/2009 de 17 de agosto Lei de Bases do Turismo

2. Instrumentos de Política e de gestão territorial e setorial

a. Instrumentos de política

Código Florestal

Convenção da Biodiversidade

Convenção de Luta contra a Desertificação e a Seca

Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial

Convenção Quadro das Mudanças Climáticas

Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais

Critérios e Indicadores (C&I) Da Gestão Florestal Sustentável (GFS) do Processo Pan-Europeu (Conferências Ministeriais sobre a Proteção das Florestas na Europa)

Estratégia Florestal Nacional, em articulação com a Estratégia Florestal Europeia

Lei de Bases da Política Florestal

Lei de bases do Património Cultural

Plano de Gestão Sustentável para a Floresta Portuguesa

Protocolo de Quioto

b. Instrumentos de gestão territorial e setorial

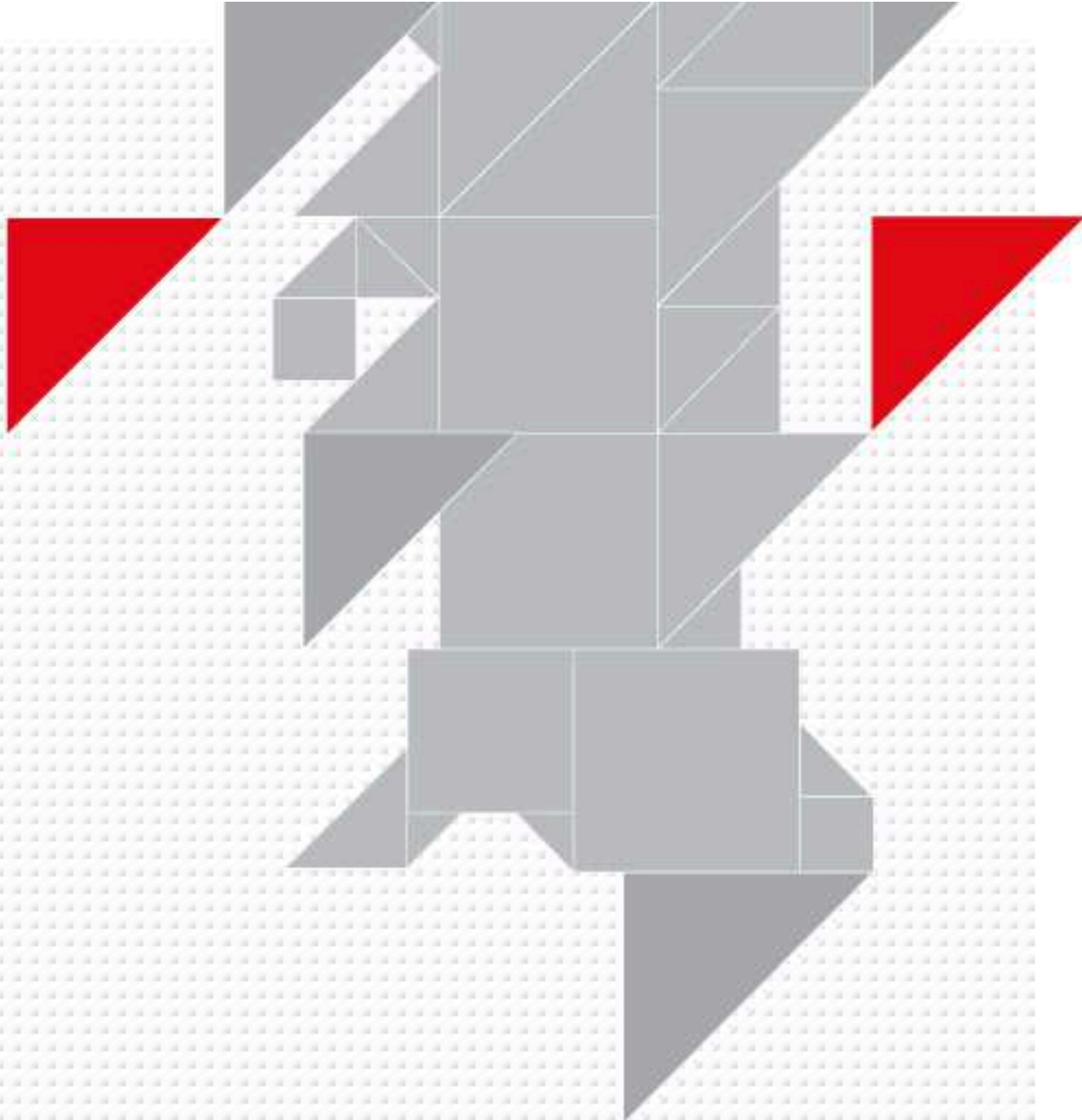
Planos de Gestão Florestal (PGF)

Planos Específicos de Intervenção Florestal (PEIF)

Planos Municipais de Ordenamento do Território (PDM/ PMOT)

Planos Regionais de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)

Planos Regionais de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROFA)



Matosinhos

R. Tomás Ribeiro, nº 412 – 2º
4450-295 Matosinhos Portugal

Tel (+351) 229 399 150
Fax (+351) 229 399 159
porto@quaternaire.pt

Lisboa

Avenida 5 de Outubro
Nº77 – 6º Esq
1050-049 Lisboa Portugal

Tel (+351) 213 513 200
Fax (+351) 213 513 201
lisboa@quaternaire.pt

www.quaternaire.pt



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional